

ATA N.º 9/2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2019:

No dia dez de abril de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e dezassete minutos, no auditório da biblioteca municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, António Manuel da Silva Braz e Palmira Maria Santinhos Hortense.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para esta reunião de dia 10 de abril de 2019, apresentado pela Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, foi convocado, nos termos do nº 1, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores/as presentes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2018

PONTO 2 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2018

O **Sr. Presidente** refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

O **Sr. Presidente** apresenta a proposta:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

PONTO 1 – Prestação de Contas 2018.

PROPOSTA N.º DADO 01_09-19:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2018, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2018 reflete a consolidação da tendência de crescimento da receita municipal iniciada em 2015 (com uma ligeira quebra em 2016), e cujo ritmo e fundamentos se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2018 e GOP 2018-2021, sendo o valor arrecadado no ano 2018 – cerca de 46,4 milhões – o mais alto desde 2009. A um ritmo lento, mas de forma consistente, estamos a aproximarmo-nos dos valores de arrecadação da receita anteriores à crise financeira, superando inclusive o valor médio arrecadado no quadriénio 2007-2010, que se situou nos 45,4 milhões de euros.

Nas receitas próprias o IMT (+1,9 milhões de euros), a Derrama (+703 mil euros), a Venda de Bens e Serviços (+454 mil euros), os Impostos Indiretos (+382 mil euros) e o IMI (+358 mil euros) apresentam um desempenho positivo em 2018. Em sentido inverso destaca-se as Taxas, Coimas e Penalidades (-1,2 milhões de euros).

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 22,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (48,2%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 3 milhões de euros, relativamente ao ano 2017.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução positiva significativa (+40%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2017. O acréscimo registado (+382 mil euros) decorre em grande medida do aumento das receitas com os loteamentos e obras promovidos por empresas, cerca de 340 mil euros, e por particulares, 24 mil euros.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um decréscimo significativo de 57,4%, (-1,2 milhões de euros) em comparação com o valor de 2017. Esta diminuição deve-se à transferência, em 2017, de dívidas de juros de mora de processos de execução referentes a anos anteriores de IMI e IMT (1,2 milhões de euros).

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 46,4 milhões de euros e uma despesa de cerca de 42,9 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de +3,5 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2017 no valor de cerca de 6,1 milhões de euros, transitando para 2019 um saldo de 9,6 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 108,1%, sendo a mais elevada de sempre.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 42,9 milhões de euros, mais 3,4% que no ano 2017, dos quais 23,3 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 87,5%.

As despesas com pessoal, no valor de 18,1 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 1,4% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 887 trabalhadores (menos 5 do que em 2017).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um acréscimo de 25,7% (em termos absolutos, +1 milhão de euros) o que representa o maior valor em termos absolutos no quadriénio (4,9 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços regista um total de pagamentos no valor de 14,4 milhões de euros. Comparativamente ao ano anterior, em 2018, diminuiu 1,4% (-198 mil euros).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2018, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,549 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,538 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais. Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2017, que representavam um total de 2,1 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 7,9 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2018, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma,

Nos termos do ponto 2.7.3.2 das considerações técnicas do Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico sejam transferidos para "Resultados Transitados", e de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.5 das referidas considerações técnicas, que se constitua o reforço da conta Reservas Legais em 5% do resultado líquido do exercício.»

Seguidamente, o **Sr. Presidente** faz a leitura da Introdução, cuja transcrição se reproduz na íntegra:

INTRODUÇÃO

"Durante o ano de 2018, foram muitos os projetos estruturantes e de grande impacto no território que conheceram importantes desenvolvimentos e implementação no terreno. O Município deu continuidade ao trabalho de captação de fundos comunitários com elevados níveis de sucesso e promoveu ou acompanhou um diversificado número de ações, obras e projetos que representam melhorias assinaláveis em áreas como a educação, a mobilidade e as acessibilidades, as infraestruturas ou o espaço público. Naquele que foi o Ano Europeu do Património Cultural, os valores patrimoniais e identitários estiveram em destaque, mobilizando as/os agentes locais e as populações num movimento com reflexos na atratividade do território. A participação cidadã, sob o mote "Eu Participo!", viveu um novo impulso, transversal aos diferentes projetos e públicos, conjugando a capacitação das pessoas para a intervenção na vida comunitária e a educação cívica, num contexto holístico, de respeito e defesa dos direitos humanos, da vida em geral e do planeta.

Internamente, o Município incrementou o investimento na renovação do parque de máquinas, equipamento e viaturas, na eficiência energética de edifícios e redes, na saúde ocupacional e na formação (onde se sublinha o início de uma nova ação de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências com a participação e 30 trabalhadoras/es), num ano que ficou marcado pelo início de um novo ciclo de contratação de pessoal para reforço das equipas e pela valorização remuneratória por via do descongelamento das progressões e promoções.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São dignos de destaque, uma vez mais, a dedicação e o profissionalismo das/os trabalhadoras/es e quadros dirigentes, que num contexto de graves necessidades ao nível de

recursos humanos, enfrentaram os desafios com grande sentido de missão, registando-se um aumento considerável do trabalho executado por administração direta, em diversas áreas.

A resposta ao novo Regime Geral de Proteção de Dados exigiu da organização um esforço acrescido, a par da proteção de redes e sensibilização para a cibersegurança, que motivou a realização de duas oficinas em parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança.

No campo da saúde ocupacional, a prevenção e a sensibilização para hábitos de vida saudáveis continua a ter um papel central, sendo de realçar um forte investimento em vestuário de trabalho e equipamento de proteção individual e as diversas parcerias com entidades externas, a campanha "Fumos e vapores perigosos em meio laboral", as ações realizadas com a Liga Portuguesa contra o Cancro e o desenvolvimento do Regulamento Interno Municipal de Prevenção e Controlo da Alcoolémia, documento de objetivos assistenciais e de promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

O significativo aumento da participação cidadã nas assembleias "Eu Participo!" e do número de inquéritos entregues é demonstrativo da pertinência destes processos, que se refletem, também, junto do público escolar, com as crianças que transitaram para o 2.º ciclo a transportar consigo práticas de trabalho que se propagam às/aos novas/os colegas e à comunidade. As Semanas das Freguesias voltaram a constituir-se como momento privilegiado para o reforço de laços, a prestação de contas e a assunção de novos compromissos com as Juntas de Freguesia, as/os agentes locais e as populações, contribuindo para dar visibilidade aos projetos, às pessoas, às potencialidades e à identidade de cada uma das nossas cinco freguesias. Internamente, a implementação do projeto "Mexa-se bem no trabalho" veio confirmar a "Caixa de Ideias" enquanto veículo para dar voz às propostas de melhoria das/os trabalhadoras/es e dinamizar a vida interna da organização.

A conclusão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Palmela é uma das ações de relevo num ano onde os objetivos de defesa da floresta contra incêndios tiveram um papel central, quer através de ações de informação e preparação das populações – exemplo do simulacro nos Barris, no âmbito da campanha "Aldeia Segura, Pessoas Seguras" – quer da limpeza e desmatagem de bermas, caminhos, terrenos municipais e privados, quer, ainda, do apoio técnico e logístico a diversas operações de socorro, no concelho e noutros pontos do país. O reforço da capacidade de intervenção dos meios de proteção civil, no quadro de uma cultura de segurança, é objetivo permanente do Município, que continuou a apoiar o funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, as três EIP do concelho, a formação e os seguros das viaturas de emergência e participou nas obras de requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias de Bombeiros de Palmela e de Pinhal Novo.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A conclusão das obras de ampliação e requalificação das EB Aires e Águas de Moura e de beneficiação do logradouro da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo) foi de grande importância para

a comunidade educativa, num momento em que continuam em obra ou em preparação outros investimentos de vulto no parque escolar, caso das intervenções em curso na EB de Cabanas e na EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). Relativamente à construção do Pavilhão Desportivo para a Escola Secundária de Palmela, a par do trabalho preparatório e estudos já efetuados, temos insistido junto da tutela na formalização do Protocolo de Cooperação. A oferta dos cadernos de atividades a todas/os as/os alunas/os do 1.º ciclo constituiu uma nova modalidade de apoio às famílias, a par de medidas como a manutenção do custo das atividades de animação e apoio à família no pré-escolar, do transporte das crianças das freguesias de Poceirão e Marateca para os jardins-de-infância da rede pública locais ou do regime da fruta escolar no pré-escolar e no 1.º ciclo. A aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para os ensinos secundário, tecnológico e superior, com efeitos já no ano letivo 2018/19, vem ao encontro dos objetivos plasmados no Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar "Eu Conquisto o meu Sucesso!", que congregou a comunidade educativa numa estratégia comum de incentivo à continuidade dos estudos.

Mais de 16 mil euros foram atribuídos no âmbito do apoio a projetos socioeducativos de escolas das redes pública e solidária, num total de 25 projetos. A segunda edição do Mercado da Cidadania, dedicado aos cinco Pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2017/2030 – numa partilha intergeracional com diversos parceiros - a Receção à Comunidade Educativa, o "Aprender a Nadar", os Jogos Desportivos Escolares e o Fantasiarte, que envolveu 6.391 participantes, foram mais alguns dos momentos altos da vida escolar do concelho, reforçando os laços entre diversos agentes da comunidade e promovendo a igualdade de oportunidades.

No campo da intervenção social e saúde, são de sublinhar o início da construção da Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo – sul, a aprovação da candidatura PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, vocacionada para a diversificação da oferta de serviços e respostas sociais, culturais e educacionais, o desenvolvimento do projeto para a requalificação do Monte do Francisquinho, que pretende continuar a dar forma ao "ninho" de respostas sociais e associativas que já ali começou a nascer, e a adesão do Município ao projeto europeu "Network for the Role Models". A décima edição do Fórum Social Palmela promoveu a discussão em torno da necessidade de investimento urgente na área social, tema bastante pertinente num contexto de grandes necessidades por parte das IPSS parceiras, a quem o Município prestou apoios na ordem dos 166 mil euros. O parque habitacional municipal conheceu diversas intervenções de conservação, tendo-se desenvolvido o trabalho de elaboração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitações Municipais. O trabalho junto das pessoas de idade maior, com vista a um envelhecimento ativo e saudável, motivou diversas iniciativas e programas, com destaque para o reforço da divulgação e benefícios do Cartão Municipal Idade Maior, a continuidade do "Clique sem Idade" e das comemorações do "Outubro Maior" e o lançamento dos livros "Mezinhas, Rezas e Benzeduras", fruto de uma recolha de saberes antigos junto de

utentes das IPSS, e "Palavras na nossa terra", uma compilação de poemas da autoria das/os participantes nas tertúlias poéticas mensais na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo.

Este é apenas um dos exemplos das iniciativas regularmente realizadas pela Rede Municipal de Bibliotecas Públicas junto de diversas faixas etárias para promoção da leitura e da educação ao longo da vida, sendo de referir, também, as Feiras do Livro, o projeto de reutilização de manuais escolares "Dar de Volta", as atividades de animação e o programa de Formação para a Comunidade.

A formação é, igualmente, um dos vetores do trabalho com e para a juventude, tendo decorrido, em 2018, um Curso de Formação de Animadoras/es de Campos de Férias. Verdadeira escola de cidadania, o "Março a Partir" viveu a sua 23.ª edição, registando cerca de 3.500 participantes nas diversas atividades propostas, entre as quais, o Warm Up "Março a Partir" - Concurso de Bandas Amadoras de Palmela e o Fórum Juventude, com uma ação de informação, debate e solidariedade pela Palestina. A par da oferta disponibilizada pela Palmela Desporto, E.M., pelos parceiros da Passos e Compassos e pelo Museu Municipal, os Centros de Recursos para a Juventude dinamizaram diversas propostas para a ocupação salutar dos tempos livres e apoio às famílias em período de férias letivas, destacando-se o programa "Jovens no verão", que proporcionou às/aos jovens das nossas freguesias a participação em 52 atividades, em diversos pontos do país.

O projeto "Uma imagem, mil memórias" está a circular pelas cinco freguesias e dedicou-se, em 2018, a Quinta do Anjo, com sessões temáticas de partilha de memórias, com vista ao aumento do acervo fotográfico do Arquivo Municipal e do conhecimento que temos da nossa história local, tendo-se recolhido 1.659 fotografias antigas. Trata-se de um trabalho de continuidade, que deu origem, também, à exposição com o mesmo nome, que esteve patente no Cineteatro S. João.

Outras duas exposições de âmbito patrimonial – "80 anos de iluminação pública elétrica. Palmela 1938. Finalmente, a luz!" e "Espaço Cidadão: fragmento a fragmento, o que a arqueologia nos diz" – deram um contributo fundamental para a historiografia de Palmela. A forte ligação à Ordem de Santiago continua a manter o concelho na rota mundial da investigação e produção bibliográfica sobre ordens militares, destacando-se o elevado interesse despertado por iniciativas como o 16.º Curso, as Jornadas Internacionais "A Reconquista: Ideologia e Justificação da Guerra Santa Peninsular", em parceria com a Universidade Autónoma de Madrid, o curso sobre castelos medievais portugueses e a edição das atas do VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares, estando, já, em preparação o VIII, a decorrer em junho. No Castelo, em permanente conservação e atividade, a recuperação dos terraços da Praça de Armas e o início da "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo" foram as principais ações a assinalar. O projeto intermunicipal PRARRÁBIDA continuou, entretanto, a desenvolver trabalho, nas suas múltiplas dimensões.

"Palmela é Música" é o mote para o processo, em curso, de valorização do património musical do concelho e criação de uma rede de agentes culturais, onde se integra, também, a candidatura de Palmela enquanto Cidade Criativa da Unesco na área da música. Dados como a maior participação de sempre na Queima do Judas ou a maior afluência de público no Cineteatro S. João, nos últimos quatro anos, são demonstrativos da pujança cultural do concelho, que continua a ser território de parcerias e de cruzamento entre expressões tradicionais e novas tendências performativas nas diferentes áreas artísticas. Assim se viveu, por exemplo, mais uma edição do FIAR, das Janeiras, das comemorações do 25 de Abril, do Dia Mundial do Teatro e da Semana da Dança, dos Encontros de Cante Alentejano e de Folclore ou das "Noites na Fonte" e se programou a atividade dos equipamentos municipais. As festas de cariz popular continuaram a merecer toda a nossa atenção e o Município procurou acompanhar o forte dinamismo do movimento associativo cultural, tendo respondido favoravelmente a 67 candidaturas a apoios municipais para atividade, instalações e equipamento e reforçando os laços de parceria com as doze entidades com as quais mantém protocolos. A registar, ainda, a entrega da candidatura para requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura.

Os Programas Municipais de Desenvolvimento Desportivo, nas diversas modalidades, e de atividade física continuaram a incrementar a prática desportiva, de competição ou lazer, como fator de desenvolvimento social e promoção da saúde. As parcerias estabelecidas garantiram a realização, em Palmela, de provas desportivas de visibilidade regional e nacional, caso da Clássica da Arrábida, da Pinhal Novo Night Run ou das Jornadas da Juventude em Judo. Entretanto, foi lançado o concurso para a requalificação do polidesportivo de Poceirão, que tornar-se-á um pavilhão desportivo coberto e multifuncional.

Durante o ano de 2018, registou-se grande interesse pelo núcleo mais antigo da vila de Palmela, como atesta o número de requerimentos, aprovações de projetos e licenças de construção emitidas. A conclusão da requalificação da Rua Serpa Pinto deu continuidade ao esforço de renovação de infraestruturas nas principais artérias do Centro Histórico e a aprovação da candidatura ao programa "Valorizar" do Turismo de Portugal permitiu o alargamento da rede de Wi-fi. Desenvolveu-se trabalho relativo aos projetos para a requalificação dos edifícios da GNR, onde será instalado o futuro Centro de Investigação de Património Cultural de Palmela, e da antiga rádio PAL, que funcionará como centro de promoção e desenvolvimento do setor turístico. Relativamente à recuperação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, concluíram-se os projetos, mas o concurso para a obra ficou deserto, dada a complexidade da intervenção, que se decidiu dividir em duas empreitadas. Além das iniciativas já referidas, programas de dinamização cultural e económica como o "Viva o Natal em Palmela" – com mercado e casinha do Pai Natal, presépio etnográfico, diversões, gastronomia, animação e a primeira edição do concurso "Natal à Janela" – os Mercadinhos de Palmela, o "2 (de)mãos por Palmela" e as Pop Up Stores contribuíram para trazer um novo colorido e novos públicos a este núcleo urbano. No entanto, o destaque vai para a aprovação

da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Palmela, que a par da de Pinhal Novo, veio aumentar o pacote de benefícios e incentivos à reabilitação de imóveis já disponibilizado pelo Município. A campanha de divulgação abrangeu, também, o instrumento financeiro IFRRU2020 e trouxe um novo impulso às pretensões de particulares e empresas, na aquisição ou remodelação do edificado, contribuindo para a melhoria da imagem urbana e da atratividade do território.

Este esforço é acompanhado pela intervenção direta do Município no espaço público, com particular atenção, neste período, à consolidação da malha urbana e tratamento de espaços exteriores não concluídos por falência dos promotores – tendo-se executado a remodelação da praça da Quinta de Matos, em Pinhal Novo - à articulação intermodal de transportes e criação de estacionamento disciplinado e à conservação de espaços verdes, Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos. Os estudos e candidaturas apresentadas terão desenvolvimento em 2019.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

No período em apreço, o Município concluiu a infraestruturação da Rua Dr. José Afonso e da Travessa do Limoeiro, no Bairro Alentejano, e da Rua da Holanda, na Lagoinha, bem como a construção de novas redes de águas residuais domésticas na Circular Norte e na Rua Manuel Carvalho Domécio, em Quinta do Anjo, e nas ruas João Moreira e José Régio, na Lagoinha, tendo-se iniciado, ainda, o prolongamento da rede no Aceiro do Marcolino, em Pinhal Novo. Entre as múltiplas ações desenvolvidas no âmbito do sistema de águas de abastecimento, que integrou, em 2018, a urbanização Palmela Village, em Quinta do Anjo, procedeu-se à ampliação e remodelação da rede em diversos arruamentos de Pinhal Novo, Lagoinha, Poceirão e Aldeia Nova da Aroeira, além de estudos e intervenções com vista a uma maior eficiência energética e redução de perdas de água.

A qualidade da água para consumo é uma das principais preocupações do Município, que continuou a assegurar níveis excelentes e, em colaboração com a Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal, desenvolveu um projeto para o Plano de Segurança da Água, no âmbito do qual se concluiu o Plano de Comunicação para Emergências na Qualidade da Água para Consumo Humano.

Além da manutenção contínua da rede viária municipal, com mais de 900 quilómetros de extensão, o Município manteve a aposta na qualificação, com muitas intervenções em projeto e a conclusão de empreitadas de pavimentação e repavimentação no Bairro das Pegarias, em Palmela, na Rua da Sociedade, na Lagoinha, na Rua Joaquim Gomes Romão, em Poceirão, num troço da Rua da Beira Litoral, em Brejos de Carreteiros, na Rua das Laranjeiras, no Bairro Assunção Piedade, ou na EM 533, nas Lagameças, onde efetuámos mais um troço. O início da obra de beneficiação da Estrada dos Quatro Castelos, troço norte, no âmbito da candidatura HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial (Concelho de Palmela) marca um novo

ciclo na zona industrial de Vila Amélia, qualificando a entrada poente do concelho e o acesso às empresas ali instaladas.

Destaque-se a participação do Município na criação da Empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa e da Marca Carris Metropolitana e a aprovação do cofinanciamento para o Passe Social mais barato e válido para todos os modos de transporte na AML, cuja implementação teve início neste mês de abril e deu início a uma revolução em matéria de mobilidade e coesão territorial, que terá continuidade com a revisão das concessões. O Município continua a promover modos de mobilidade suave e, além de todo o trabalho conducente à articulação da rede ciclável, aos níveis municipal e intermunicipal – por via do projeto CICLOP 7 – deu início à segunda fase da Ecopista de Pinhal Novo, já em conclusão, e adjudicou a primeira fase da Ciclovía de Quinta do Anjo.

O aumento da deposição de resíduos e o fenómeno generalizado de comportamentos criminosos face ao ambiente e ao espaço público motivou novas campanhas de sensibilização e fiscalização e o reforço da prestação de serviços. Registou-se, em 2018, a recolha do maior volume de resíduos da última década – cerca de 50 mil toneladas – com destaque para os resíduos sólidos urbanos, os monos, os resíduos de construção e demolição e os resíduos valorizáveis. O Município adquiriu cerca de duas centenas de contentores de capacidade variada para substituição e reforço da rede, bem como dois triciclos elétricos com balde de 120 litros e três aspiradores elétricos urbanos, que vieram auxiliar as equipas de limpeza urbana.

Várias efemérides relacionadas com o ambiente e a energia foram assinaladas ao longo do ano, junto dos diversos públicos, com iniciativas de sensibilização e promoção de hábitos sustentáveis, sendo de destacar as múltiplas plantações de árvores de espécies autóctones, que vieram enriquecer a flora local, e o início de uma nova ação do projeto Eco Famílias. Em 2018, foi adjudicada a Regularização da Ribeira da Salgueirinha, intervenção estruturante que aguarda o visto do Tribunal de Contas. Um pouco por todo o concelho e em equipamentos municipais, a substituição de luminárias tradicionais por tecnologia LED tem contribuído para a eficiência energética, com ganhos económicos e ambientais. As candidaturas desenvolvidas para a generalização da iluminação LED na Iluminação Pública das vilas de Palmela e Pinhal Novo e para nove edifícios públicos, entre mercados, equipamentos culturais e escolas, permitirão, este ano, a implementação de energias renováveis e sistemas de gestão eficiente de energia.

O Município deu continuidade às campanhas de promoção da adoção responsável de animais, através do Centro de Recolha Oficial de Animais, e iniciou o programa piloto "Animais na Comunidade", com captura, esterilização e devolução de gatos à comunidade para controlo das colónias. Ainda neste âmbito, foram adquiridas três casas-abrigo para as colónias.

São, ainda, de sublinhar intervenções de beneficiação no Cemitério de Palmela, com a pintura dos muros exteriores e o restauro dos portões.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Afirmando-se com passos seguros na região de Lisboa e no país, através de um trabalho sólido e de parceria com os diversos agentes locais, o concelho de Palmela ultrapassou, pela primeira vez, as 100 mil dormidas, número que seria substancialmente maior se as estatísticas incluíssem os dados da abundante oferta de alojamento local. A participação em feiras como a Bolsa de Turismo de Lisboa e nos cargos de decisão de estruturas como a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, a Associação dos Municípios Portugueses do Vinho ou a Rede Europeia de Cidades do Vinho, as sinergias com o Turismo de Portugal e a Entidade Regional de Turismo e a colaboração com o Município de Silves e com agentes do setor turístico e dos vinhos têm permitido alavancar o nome do concelho enquanto destino qualificado, alicerçado em valores de identidade e autenticidade, com uma forte vocação enoturística. Para tal, contribuíram, também, iniciativas de relevo como o Palmela Wine Jazz, o Festival Queijo, Pão e Vinho, a primeira Mostra de Vinhos de Fernando Pó realizada nas novas instalações, as comemorações do Dia Europeu do Enoturismo, a tradicional Festa das Vindimas e a terceira edição do Festival do Moscatel, bem acompanhada do Concurso de Doçaria de Palmela.

Os eventos de recriação histórica alicerçados na valorização de episódios, tradições e personagens que nos remetem para as origens deste território singular, têm merecido entusiasmo crescente por parte do público, que fez, já, do Mercado Caramelo e da Feira Medieval de Palmela dois casos de sucesso.

O riquíssimo património natural, arqueológico e cultural, por um lado, e o trabalho de apoio ao empreendedorismo e captação de investimento, por outro, continuaram a contribuir para o gradual aumento da atratividade do concelho e para a consolidação da marca Palmela, que continuaremos a honrar e a fazer crescer, de forma sustentada.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 46,4 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2015/2018 e apresentam uma taxa de execução de 108,1 %, a mais elevada desde 2009. Comparativamente a 2015, as receitas aumentaram cerca de 5,6 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 22,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 48,2% do total da receita arrecadada.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução positiva (+40%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2017. O acréscimo registado (+382 mil euros) decorre em grande medida do aumento das receitas com os loteamentos e obras promovidos por empresas, cerca de 340 mil euros, e por particulares, 24 mil euros.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um decréscimo significativo de 57,4%, (-1,2 milhões de euros) em comparação com o valor de 2017. Esta diminuição fica a dever-se à

transferência, em 2017, do valor das dívidas de juros de mora de processos de execução referentes a anos anteriores de IMI e IMT (1,2 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 4,6% (+ 454 mil euros), resultante, no essencial, do valor recebido com a faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+204 mil euros), bem como da renda da Simarsul (+92 mil euros) e dos transportes escolares (+75 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 5% (+415 mil euros). Esta evolução resulta, no fundamental, do aumento das transferências de verbas para a área da educação (+293 mil euros) e das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (+134 mil euros).

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 48,7% (+495 mil euros). Para este resultado contribuiu o valor recebido das obras financiadas pelo Portugal 2020 (+477 mil euros).

Relativamente aos Passivos Financeiros (utilização do empréstimo de médio e longo prazo), regista um valor de cerca de 998 mil euros no ano 2018, não tendo, em 2017, sido recebida qualquer verba.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 42,9 milhões de euros, mais 3,4 % (+1,4 milhões de euros) que no ano transato, dos quais 23,3 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 87,5 %.

Os indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio 2015-2018, sofreram, com exceção da relação entre a receita prevista e a realizada, uma ligeira deterioração durante o período em análise, que fica a dever-se à reprogramação de algumas obras inscritas em GOP com relevância financeira, devido à sua complexidade.

De referir a melhoria considerável dos rácios de eficiência e produtividade, com o peso das despesas afetas às GOP (Grandes Opções do Plano) a aumentar de forma significativa em relação à despesa total, 51,9% (em 2015) para 54,2% (em 2018), e em relação às despesas com pessoal, de 120,8% (em 2015) para 129,0% (em 2018).

Nos rácios de meios humanos, só na relação entre o número de habitante por trabalhadoras/es se verificou uma evolução positiva - mais um habitante por trabalhador/a. Já no que respeita ao custo de cada trabalhador/a por habitante e do vencimento médio, em virtude do aumento dos custos do fator trabalho devido à reposição dos cortes efetuados durante o período de assistência financeira ao país, verificou-se uma ligeira deterioração, apesar da redução do número de trabalhadoras/es. Ainda assim, importa sublinhar que estamos perante variações com fraca expressão: em 2018, a cada trabalhador/a correspondiam 72,4 habitantes, enquanto em 2015 correspondiam 71,1 habitantes. No que respeita às despesas com pessoal, este valor

aumentou, por habitante, de 269,7 euros, para 281,1 euros, enquanto o custo médio por trabalhador/a aumentou de 19.184 euros, em 2015, para 20.352 euros, em 2018.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 887 trabalhadores/as (menos 5 que no ano transato), representam 18,1 milhões de euros, um acréscimo de 1,4 % face ao ano 2017. Este aumento é resultante, no fundamental, da aplicação de disposições legais tais como a atualização dos vencimentos das/os trabalhadoras/os (RMMG – retribuição mínima mensal garantida), descongelamento das progressões, encargos com saúde e trabalho extraordinário.

A Aquisição de Bens de Capital registou um acréscimo de 25,7% (em termos absolutos, +1 milhão de euros), o que representa o maior valor em termos absolutos no quadriénio (4,9 milhões de euros) e uma taxa de execução de 63,4%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 14,4 milhões de euros, comparativamente ao ano 2017, diminuiu 1,4% em 2018 (-198 mil euros).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2018, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,549 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,538 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais. Regista-se, assim, uma melhoria face aos valores existentes em 2017, que representavam um total de 2,1 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 7,9 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.”

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2018, numerada DADO 01_09-18, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que em todos estes dados, há indicadores que apontam para a consolidação da saúde financeira do município, que não significa viver em abundância, mas sim relativamente àquilo que se investe e no que se solicita emprestado, a forma de como, com muita ponderação e cautela se gere as questões relacionadas com os impostos, taxas e a sua aplicação no bem-estar do concelho, que são feitos de forma equilibrada e daí, mais uma vez, a capacidade de endividamento aumentou, ou seja, está cada vez mais longe de ser esgotada. Registou-se uma importante redução do passivo, e obtiveram-se resultados operacionais positivos de 1,1 milhão de euros, mais 175,8 % do que em 2017. O capital em dívida continua a baixar, embora seja possível pedir muito mais dinheiro para fazer investimento. Depois, realça outro aspeto importante, em 2015, o saldo de gerência era 2 vezes e meia o valor da dívida de

curto prazo, em 2018, este saldo de gerência é 6,2 vezes superior ao valor da dívida de curto prazo. As funções sociais continuam a absorver uma parte significativa das GOP, 62,68%; voltaram a aumentar as transferências para as freguesias, no âmbito dos contratos de execução e contratos interadministrativos e acordos em mais 4,59%. Refere que foram pagos mais de 188.548,50 € para o famigerado Fundo de Apoio Municipal, que parece que nunca mais começam a receber o dinheiro de volta e muito menos os juros, contudo, espera que no próximo Orçamento de Estado este Fundo desapareça de uma vez por todas. Um outro dado que considera interessante é que 86,58% das propostas apresentadas em reunião de Câmara foram aprovadas por unanimidade. Na execução das Grandes Opções do Plano estão com uma média de 81,61%, na execução da despesa, estão com 87,5% que revela uma média não muito diferente do ano anterior de 88,2% e no anterior e 87,9%, portanto, estão em linha com aquilo que foi a execução e mais não aconteceu por via de alguns procedimentos e de algumas obras que não puderam ainda ser adjudicadas e concretizar no final de 2018.

No fundamental, no que diz respeito ainda a outros indicadores que fazem parte deste conjunto de informação, em que é necessário ter uma conta de gerência bem estruturada, apresentada e muito transparente, os indicadores de eficácia registam uma ligeira descida deterioração durante o período em análise, o que fica a dever-se à reprogramação de algumas obras inscritas nas Grandes Opções do Plano com relevância financeira devido à sua complexidade. Realça que há uma melhoria muito considerável dos rácios de eficiência e produtividade; nos rácios de meios humanos, verificou-se uma evolução positiva, mas isto é pouco relevante, porque as despesas com pessoal até podiam e deviam ser mais, que empregaria mais gente e que poderiam fazer mais por administração direta.

Por último, a aquisição de bens de capital registou um acréscimo de 25,7% em termos absolutos, mais de 1 milhão de euros, o que representa o maior valor em termos absolutos no quadriénio, 4,9 milhões de euros e uma taxa de execução de 63,4%.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que em primeiro lugar, cumprimenta a equipa que elaborou este extenso documento, que contém muita informação, que permite perceber efetivamente, qual foi o trabalho da autarquia no ano de 2018 e, também permite um exercício que gosta sempre de fazer que é, comparar aquilo que foi a realidade com aquilo que prometeram, quando fizeram o orçamento de 2018. De facto, há um aumento da receita em relação ao que foi previsto em sede de Orçamento, mais 6,31%, pelo que procura sempre reger-se por aquilo que foi o Orçamento previsto, mas reconhece que é um exercício complicado, porque têm uma autarquia que normalmente faz uma alteração orçamental a cada mês, procurando depois que estas situações fiquem mais ou menos equilibradas, Portanto, procura analisar aquilo que foi a perspetiva de projeção do ano de 2018, quando foi feito o Orçamento no final de 2017. Se retirarem o saldo de gerência, a receita total foi de 46.400.000€, com um crescimento dos impostos diretos e também dos impostos indiretos. No caso dos impostos diretos há um crescimento de 13,11 % e dos indiretos de 23%,

portanto, há mais receita efetivamente, mais IMI, mais derrama, também mais transferências correntes onde está incluído o IRS. As transferências de capital, em relação àquilo que era perspetivado, têm uma diminuição de 5,6 milhões. A despesa corrente está em linha com o previsto, é apenas uma pequena diferença e está em linha com o que é uma previsão, não se pode esperar que as previsões sejam uma perspetiva de "zandinga" em que se acerta em tudo, mas está muito perto do que é a realidade. No entanto, quanto às despesas de capital, no fundo, é aquilo que perspetivaram gastar com investimento, estão 6,3 milhões abaixo do que estava previsto, menos 84% e as despesas com as Grandes Opções do Plano 5,3 milhões abaixo do que era previsto, portanto, menos 22,8 % do que foi prometido em sede de Orçamento para 2018. Refere que há um rácio importante referido na página 242, o rácio de eficácia, que mede aquilo que é a eficácia, a importância e a racionalidade da atividade municipal, que está muito eficaz no que se refere ao recebimento da receita, 108% relativamente ao orçamentado, o que é, de facto, o mais alto do quadriénio, pelos dados que puderam aqui comparar, contudo, em contraponto, é a mais baixa em relação à eficácia, ou seja, o rácio de eficácia de pagamento da despesa orçamentada é a mais baixa do quadriénio só 87,5% e também a execução das Grandes Opções do Plano são as mais baixas do quadriénio com apenas 81,6%, portanto, grande eficácia a arrecadar receita e menor eficácia a gastar receita no bem-estar dos concidadãos.

Refere também um fator positivo, a diminuição da dívida a fornecedores de curto prazo, o saldo de gerência que está estimado em 9,6 milhões, que é também, o valor mais alto do quadriénio, portanto, se se tratasse de um empresa e fossem acionistas, estariam todos felizes, porque, se calhar, haveria dinheiro para distribuir pelos acionistas. Porém, estas questões relacionam-se diretamente com o bem-estar da população do concelho de Palmela e a conclusão a que chega, é que consegue-se arrecadar dinheiro, mas a obra não nasce e vai sendo adiada consecutivamente e, por isso é que têm assistido a este crescente aumento do saldo de gerência. Nas GOP's, onde estava previsto para 2018, um gasto de 28,6 milhões, mas efetivamente só se gastou 23,2 milhões, portanto, 22% abaixo do que era previsto e do que era previsível gastar com a resolução dos problemas do concelho e com a resolução dos problemas dos concidadãos.

Refere que há um bom índice de execução nas funções gerais no âmbito das Grandes Opções do Plano, o índice está em linha com aquilo que era previsto, mas depois, verifica-se um fraco índice nas funções sociais, gasta-se menos 30% do que estava previsto e nas funções sociais, menos 75% na habitação e urbanismo, menos 173% no ordenamento do território e menos 221% na cultura; nas funções económicas há um decréscimo de 26,75%, menos 10,9% no comércio e Turismo, e nos transportes e Comunicações menos 52%. Nesta questão dos transportes e comunicações, um assunto que é abordado em várias reuniões e que não é só o programa de melhoria da rede viária municipal, como também, o programa de melhoria da rede viária rural e refere como exemplo, na melhoria da rede viária municipal havia uma dotação de

951 mil, e gastaram 648 mil; na rede viária rural previam 148 mil e gastaram-se 98 mil euros, portanto, abaixo do que era previsto.

Refere que verifica-se um aumento que acontece de ano para ano, ou seja o aumento de reparação das viaturas, que é normal, até porque as viaturas estão ao serviço da autarquia e da população e, portanto, é normal que tal aconteça, mas questiona se autarquia tem contemplado e que tem feito esse estudo do custo/benefício destas reparações, ou seja, que avaliação é que está a ser feita, se valerá a pena insistirem em reparações de viaturas que estão obsoletas e que já não servem em muitos casos para resolver alguns desses problemas para que foram adquiridas. No fundo é perceber se pesam esse custo benefício com essas reparações, em contraponto com a aquisição de novas viaturas, ou seja com a renovação desse parque de viaturas.

Depois, relativamente às despesas com tecnologias de informação, e tal como foi bem referido pelo Sr. Presidente, as dificuldades que têm, não só na contratação de pessoal, como também na captação de pessoal, verifica-se que na área das tecnologias de informação que, muitas vezes ajuda a colmatar algumas dessas falhas, não todas, porque a tecnologia não substitui, mas ajuda a colmatar algumas dessas dificuldades e verificou-se que ficou aquém do orçamentado na despesa com as tecnologias de informação. Há apenas um crescimento nas comunicações, que carece de alguma explicação, porque graças à grande concorrência que há neste setor, tem-se verificado a possibilidade de, com novos serviços se diminuir, a não ser que estejam aqui serviços que antes não tinham sido contratados e que passaram a contratar; mas também na execução com aquisição de software, ficou aquém do que era permitido, aliás o que ficou além, foi o licenciamento de software de produtividade, aí sim, é que há um acréscimo. Na manutenção das aplicações, verifica-se que ficou aquém do que era perspectivado e questiona se não tem havido essa manutenção ou se tem havido substituição de aplicações que se consideraram obsoletas por novas aplicações, que naturalmente, não entram neste item. Também refere que há um item desta natureza em que o município, fruto dos seus compromissos, mantém sempre em linha com o que prevê, que a Península Digital, algo que não tem erros de previsão, prevê 75 mil, gastam 73.676 €.

Refere que continuam a assistir a um crescimento da taxa de absentismo, que está agora em 12,2%, em 2015, continuando a comparação com o quadriénio, estavam em 9,6%, portanto há um crescimento grande, que tem sido constante. Depois, solicita um esclarecimento os casos de doença natural que têm tido um crescimento, mais incontrolável, porque, de facto, está relacionado com o envelhecimento dos recursos humanos, o que, naturalmente é mais atreita a doença, mas depois há aqui uns dados que suscitam alguma perplexidade, ou seja, verifica-se uma diminuição das ausências com a atividade sindical e, é uma diminuição muito grande, passa de 147 dias para 40 dias que em 2017 passou de 278 para 147, portanto, há aqui um fator que não percebe ou questiona se alteraram alguns fatores de contabilização para haver esta grande discrepância. É certo que houve menos dias de greve, passaram de 671 para 572.

Em 2016 foi um ano excepcional 0 de greve, numa altura em que o PCP ainda estava embevecido com a solução governativa, anos de eleições e marcavam poucas greves e, portanto, andaram entretidos com isso, depois, viram luz, perceberam que tinham sido enganados e toca de marcar greves. Finalmente, verifica-se uma grande subida nos outros e os outros também está colocado, além de candidaturas eleitorais, se bem que no ano passado quase não houve questões dessas, mas houve um aumento na questão dos plenários de trabalhadores que é normal, é um direito que os trabalhadores têm, de participação na sede do seu local de trabalho e há, de facto, uma grande subida para 347, portanto, questiona, porque, no passado se confundiu muitas vezes a participação em plenários com manifestações, com atividade sindical e, será que esta situação agora envereda por outros critérios, porque a atividade sindical decresce muito e os outros sobe muito, face aos anos anteriores, portanto, questiona os critérios destes itens. Também registam uma diminuição do número de horas de formação relativamente ao ano anterior, em 2017 tiveram 8581 horas de formação e em 2018, tiveram 5546, o valor mais baixo do quadriénio, não é muito mais baixo do que 2015/2016, mas é efetivamente mais baixo. O mesmo acontece relativamente ao "Eu Participo" dos trabalhadores municipais, em que nota-se uma crescente falta de adesão dos trabalhadores municipais relativamente ao "Eu Participo" dedicado só aos trabalhadores; tiveram 318 participantes em 2017 e passam para 250 em 2018 e depois, quando olham para número de inquéritos registados, passamos de 247, para 134, por isso questiona se os próprios trabalhadores duvidam da capacidade do executivo de resolver os problemas que eles vão alertando, ou seja, tem sido uma descida consecutiva.

Relativamente ao Plano Municipal de Emergência, solicita esclarecimentos, uma vez que o relato apresentado na conta de gerência porque está ANPC desde Agosto de 2018 e já passaram 8 meses e não há na conta de gerência, não há mais relato para além disso.

Questiona sobre o fim das obras da Escola Básica de António Matos fortuna, em que também se verifica um decréscimo de participação em alguns projetos ligados aos projetos e programas municipais de desporto, uma decréscimo que tem sido gradual desde 2015 a 2018, apesar de reconhecer que há dois projetos que desequilibraram um pouco a balança "O Aprender a Jogar" e "o Clube de Atletismo", que estão relacionados com as condições climatéricas, mas questiona se não houve oportunidade ou possibilidade de reagendar numa outra data. Depois também uma questão que faz levantar algumas interrogações, a questão da diminuição grande da limpeza de papeleiras e da limpeza de lagos. Pergunta se esta questão está relacionada com a substituição de papeleiras e que não precisa de serem limpas, ou se estão tão bem limpas em 2017, que não precisaram de ser limpas no ano 2018. Refere que pelo que percebe da agitação do Sr. Vereador Pedro Taleço foi um erro falar nesta questão.

Solicita esclarecimentos também sobre o efeito de um projeto que foi muito falado aquando do Orçamento para 2018, "Eu Conquisto o meu Sucesso" no plano de combate ao insucesso escolar, um projeto importante e relevante, não só para o presente como também para o

futuro, mas quando observam o que está no relatório de atividades e na conta de gerência, apenas se fala na questão de visitas a museus, da receção à comunidade educativa e não vem, no fundo, a esclarecida a medição do efeito que este, se calhar ainda é cedo, mas deveria haver uma medição do efeito deste projeto que considera ser muito importante e relevante para os jovens, para as famílias e para o concelho de Palmela.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que em relação a algumas questões das áreas de trabalho que tem pelouro e que foram aqui referidas, sendo que as matérias de posicionamento político e de análise serão feitas pela restante bancada do PS. Portanto, destaca uma adenda em relação ao que são algumas taxas de execução que estão neste documento e que, obviamente também endereça os parabéns por este excelente trabalho em relação ao documento desta dimensão e com este grau de informação que, como é natural, tem aqui algumas questões menos exatas ou que necessitam ainda de melhoramento, aliás, é um documento em constante melhoria e que não depende apenas de quem o elabora, mas também da informação que é fornecida pelos serviços.

Portanto, esclarece que em relação à taxa de execução de eficiência energética que se situa, neste momento, em 42%, tem outra realidade, uma vez que, a restante execução teve a ver com o desenvolvimento dos projetos de eficiência energética para as candidaturas, cujo pagamento acabou por cair no ano 2019. Estes projetos estão praticamente concluídos, alguns já concluídos e outros em fase de conclusão, estarão prontos para aquilo que a autarquia entender quais são as prioridades em relação à inclusão destes equipamentos, mas realça que os projetos estão feitos na totalidade.

Uma outra questão, em relação ao que foi referido da componente informática, realmente, do descrito, coadunar-se também com a posição que o PS tem tido, ou seja, continuam sem conseguir perceber muito bem o trabalho realizado pela Península Digital, que é um valor elevado, portanto, agradecem que, à semelhança de outras matérias, possam ser esclarecidos, de forma mais extensa e participada, para que futuramente possam analisar esta questão.

Em resposta à questão levantada das papeleiras, se o Sr. Vereador Paulo Ribeiro reparar, a informação está nestes quadros, foram alterados e, pelos vistos, não chegaram à versão final. A versão que consta está relacionada com as papeleiras em jardim, e é por isso que está junto da informação respeitante aos verdes. Esclarece que no Pinhal Novo, atualmente, existem 2 circuitos de papeleiras e refere que é feita, pelo menos, uma recolha mensal a todas, sendo que no Pinhal Novo são 438 papeleiras, e nem está a falar de outros territórios, portanto, o número extrapola num só mês ou em 2 meses do que aqui vem descrito para o concelho inteiro.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que em 1º lugar, dá os parabéns aos trabalhadores do município pelo excelente trabalho executado. Em relação a estes valores, o resultado é que muito que foi feito, mas esperavam que mais pudesse ter sido

feito e por uma questão de coerência, uma vez que o MIM se absteve na votação do Orçamento, vai abster-se também na Prestação de Contas de 2018.

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes e refere que analisada a demonstração dos resultados, assim como o balanço, podem perceber que a autarquia encerra o ano com um resultado líquido do exercício positivo de 1 milhão de euros. Com uma gestão tão minuciosa como se vê na autarquia de encerrar o ano com 1 milhão de euros, quase que transparece que está tudo feito e que não existe investimentos ainda para fazer neste município. Se a este valor, juntarem o valor das provisões para cobranças duvidosas, foram considerados em demonstração de resultados no montante de 828.500 euros, ainda aumenta o resultado líquido do exercício para 1.900.000€, isto, porque as previsões não representam despesas efetivas de exercício, mas sim despesas que esperam vir a ter no ano seguinte. Na página 223, podem observar que a receita do município aumentou exponencialmente, não comparável com o crescimento da despesa. Podem dar os parabéns à autarquia por este feito, mas consideram que, sobretudo devem ficar preocupados com a inércia de investimentos em áreas necessitadas do concelho, quando existem verbas para tal. Na página 226, realçam o crescimento das transferências do Estado em 2018, que aumentaram cerca de 122 mil euros. Na página 237, preocupa o facto, de o número de trabalhadores ter diminuído de 892 para 887, que não se entende face à dicotomia do índice trabalhado/trabalhador. É visível o aumento do investimento por habitante, aliás, está presente no rácio económico, assim como o aumento do nível de atividade por habitante que se reflete no aumento dos impostos diretos como o IMT, a derrama e o IUC. Quanto ao IMI verifica-se uma pequena diminuição face ao orçamento, mas, porque foi aprovada a proposta do PS da redução da carga fiscal desse imposto, como se pode verificar na página 227.

Nas Grandes Opções do Plano, nas funções sociais, a segurança e ação social representaram 1,11% de investimento e a educação 28,57%. Efetivamente, 28,57 % de execução na área da educação é um bom indicador, não fosse o facto, tratar-se quase na sua totalidade afeto a investimentos e conservação do parque escolar. Não há investimentos em projetos pedagógicos e inovadores para o concelho e isso é visível nas escolas do concelho. Os projetos que apresentam são sempre os mesmos, basicamente de ano para ano, com exceção das bolsas estudo, o único projeto novo e proposto pelo PS. Na área da ação social, o problema ainda se agudiza um pouco mais, ou seja, não se verificam quaisquer atividades no concelho. Para o apoio ao cidadão deficiente, foi realizado um festival e realça que durante um ano, a única atividade desenvolvida na área do apoio ao cidadão deficiente foi a realização do encontro anual de expressões artísticas, nada mais foi identificado neste concelho em prol desta temática. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma questão que preocupar, uma vez que, no momento atual, esta não é uma atividade desenvolvida pelo município; o município assim como as outras entidades públicas e privadas do concelho fazem parte dessa comissão. Na Prevenção e combate da violência, o município colaborou com a CEIS numa proposta de

intencões para implementação de uma unidade de atendimento, exatamente igual ao ano anterior. No Conselho Local de Ação Social de Palmela destaca-se uma candidatura realizada por um consórcio de instituições no qual o CLASP, na sua 1ª fase nem teve envolvimento, até pela própria orgânica da candidatura, destacando-se apenas o trabalho da CLDS 3G Palmela e o Fórum Social de Palmela. A única área que se encontra minimamente desenvolvida para o Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, com as mesmas atividades para o ano. Infelizmente, isto espelha o cenário em termos de ação social do território de Palmela, pelo que o PS considera urgente que o executivo perceba que a implementação de medidas sociais de âmbito local deve ser vista como uma área de intervenção prioritária, afetando mais recursos e criando mais sinergias locais, para que se insista nesta área social de forma como ela merece e precisa.

Solicita também, uma correção na página 292, sobre o Dia Municipal do Bombeiro em que refere na informação que foi concedido um apoio à organização das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro que decorreram no mês de maio de 2018, cujo programa central foi assumido pela Associação dos Bombeiros de Palmela, o que não é verdade, foram os Bombeiros de Águas de Moura, tendo sido aquela cerimónia no Poceirão com a assinatura das EIP, portanto, solicita esta correção.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e reafirma algumas questões que foram colocadas pelo Sr. Vereador Pedro Taleço e pelo Sr. Vereador António Brás. Portanto, reitera a capacidade que a equipa que elabora este documento, coordenada pelo Dr. Paulo Pacheco, a qualidade desta equipa e deste documento e por isso, agradece o facto, de hoje, estarem aqui a analisar um documento tão extenso, que não tendo de ir a todos os pormenores, tem de realçar os grandes números. Efetivamente preocupa o PS, enquanto oposição à atual maioria e reafirma que as propostas do PS nestes últimos 2 anos têm sido sempre propostas coerentes, responsáveis e que analisado mais um relatório de contas, o 2º relatório de contas deste mandato, permite continuar na senda que têm traçado até aqui, isto é, propor reduções de impostos que não ponham em causa a saúde financeira da autarquia, propor projetos para os quais a autarquia tem capacidade, se estiver interesse de os implementar. Já aqui foram referidos projetos que foram conjugados com PS e que resultaram de propostas do PS, nomeadamente, o IMI familiar, a redução do IMI, com a qual se prevê que se chegue ao fim deste mandato nos 0,35, porque os números assim permitem fazer esse tipo de análise e esse tipo de proposta.

Refere que há claramente uma melhoria na economia, um estado de espírito positivo nos investidores e isso verifica-se e já foi realçado pelo Sr. Presidente, nas receitas de loteamentos e obras, com mais 400 mil, podendo chegar a um valor bastante interessante, acima de 1 milhão se efetivamente, a economia e o clima económico continuar desta forma, que mesmo que ocorram pequenos acertos, considera que é possível e terminar este mandato com um clima económico muito favorável, proporcionando também um clima favorável às receitas da

autarquia e isso torna mais exigente, a capacidade para resolver os problemas das pessoas. Porque se há uns tempos, havia problemas financeiros, neste momento, regista-se uma saúde financeira e económica, um clima económico que favorece e, portanto, ainda há problemas que não se percebe, porque é que continuam a ser adiados, mantendo o rigor das contas e a saúde financeira da autarquia. Esse facto preocupa o PS, particularmente a execução das GOP em 81,6% que continua num sentido descendente, passou de 83,3% em 2017, para 81,6% em 2018. Refere que há um aumento da receita como já foi referido, resultante das transferências do Estado, do IMI, embora menos do que estava previsto no Orçamento, mas cresceu em relação à receita do ano passado, na derrama, do IUC e de outros impostos diversos, desde os abastecimentos de água dos loteamentos, entre outros. Finalmente, a autarquia de Palmela percebeu que os fundos comunitários são essenciais e fundamentais para realizar e concretizar obra que o concelho há muito necessitava e, portanto, têm nesta janela de oportunidade, de continuar a apostar, com rigor, tentando resolver os problemas e, como tal, verifica-se um aumento dos fundos comunitários que também tem um peso significativo. O saldo da receita que transita é bastante, tal como o Sr. Vereador Paulo Ribeiro referiu, se fossem acionistas, estariam contentes, mas como não são, preferem que esse valor se concretize em obra, na resolução dos problemas das pessoas e há problemas na rede viária, sobretudo, na parte rural, problemas de saneamento, problemas de mobilidade interna, que precisam de ter respostas mais rápidas e com maior qualidade.

Refere também algumas outras questões que o PS considera que devem ser realçadas, nomeadamente a taxa de absentismo, 9,6% em 2015 e 12,2% em 2018; há uma diminuição do número de trabalhadores, que é necessário aumentar, sendo o PS a favor que o número de trabalhadores está relacionado com a necessidade que têm num território de 407 km quadrados, um território muito disperso e que é muito difícil e, portanto, acham que o rácio não pode ser medido por outros territórios que estão mais aglomerados e com menos área territorial e por isso é preciso um maior número de trabalhadores. O PS já referiu e volta a referir que o executivo municipal tem o apoio para os concursos que considerar necessários para que, efetivamente se cubram essas necessidades, dentro de uma gestão rigorosa de recursos humanos, cumprindo os direitos e os deveres dos trabalhadores, que a autarquia de Palmela esteja capacitada para executar as tarefas que no dia-a-dia, são cada vez mais complexas. Portanto, há um aumento da despesa, foram repostos salários e outros direitos que o PS se congratula, mas há um aumento significativo de absentismo como referiu anteriormente. Refere que registou-se uma diminuição de ações de formação de 148% para 129%, se for por uma razão de qualidade, a preocupação é menor, mas não está explícito no relatório porque é que estão menos 3 mil horas de formação. Considera positivo o aumento do número de trabalhadores, de 848 para 1025, mas deveria haver ainda mais formação e neste momento fundamental, porque estão constantemente a ser postos à prova com novos desafios,

considera necessário ter essa resposta, até porque a formação também uma forma de defender, qualificando os trabalhadores.

Depois, sobre o Observatório Económico-social, a monitorização da atividade dos serviços municipais executando tarefas de tratamento e análise de dados, portanto, a monitorização da carta educativa, o PS precisa de saber qual é o ponto de situação e solicita dados acerca desta motorização, se possível, até ao final do ano letivo.

Refere que 7.097.310 euros e 24 cêntimos de recebimentos em atraso, portanto há dívida à autarquia. Salienta como positivo o programa de mecenato que tem crescido desde 2015 a 2018, mas acha que há espaço para crescer mais, com um maior apelo ao tecido económico da região, para que se associe mais a este programa.

Revela preocupação com a baixa taxa de execução na área da cultura, nomeadamente na área da museologia 32,64%, da conservação e gestão de animação do Castelo 29,36%. Preocupação nas funções económicas que, apesar de tudo, melhoraram um pouco, mas tem apenas 75% de execução, e gostariam de perceber quais são os custos e as receitas da Feira Medieval, porque é, atualmente, um cartaz consolidado no concelho e questiona, quantas receitas traz, que impacto tem na economia local. Depois, refere que sobre a BTL, é positivo estarem integrados na Península de Setúbal, mas não têm a noção de quantas pessoas passam pelo stand do concelho de Palmela, provavelmente, poderia ser promovido de outra forma, outros valores que não apenas aqueles que habitualmente observam, como o enoturismo e o castelo; outros valores do território, como o folclore e outros, até porque o concelho de Palmela têm muitas tradições, muito património.

Relativamente ao comércio e turismo, têm uma execução de 44,31%, que continua a ser pequena e acha que deve ser mais valorizada e que a autarquia deve ser mais proactiva, sobretudo, na inovação, porque repete-se muito as mesmas coisas e depois, isso reflete-se nestes relatórios.

Em termos de ordenamento de território, o documento refere que o PDM estará pronto, previsivelmente em 2019 e que irá entrar em vigor em 2020; o PDM é um documento estratégico para o desenvolvimento sustentável do território e refere que é ainda mais fundamental, para quem quer investir e para os cidadãos perceberem o que se faz, como se faz e por que se faz e ainda se pode fazer no território, portanto, o PDM é muito importante para a gestão de cada um dos espaços que ocupam no território. Refere que há uma taxa de execução do ordenamento território, de 37,49% que considera ser muito baixa.

Tal como o Sr. Vereador António Braz referiu, há uma boa execução na educação, mas há poucos projetos inovadores, a promoção da produção para o sucesso escolar é importante, contudo, mas falta aqui o projeto educativo local. O PS insiste nesta questão porque considera que é necessário definir projetos com as escolas, com as comunidades educativas nas diferentes zonas do concelho, para que possam, depois ter uma espécie de PDM educativo,

porque é fundamental e isso tem de abranger todas as crianças, alunos, assistentes operacionais, professores, encarregados de educação, instituições que estão dentro da área educativa. Foi aqui referida a EB António Matos Fortuna que tem sido sistematicamente adiada, e que espera que esteja terminada nos finais de abril, para que no 3º período, embora curto, possa haver alguma estabilidade. Portanto, este adiamento não tem ajudado e o planeamento da obra, também não tem ajudado nas condições de trabalho dos alunos, dos assistentes operacionais e dos professores e isso é um assunto que preocupa todos.

Para terminar, refere ainda que o PDM, mesmo sendo um documento estratégico, não substitui um plano estratégico de desenvolvimento a médio prazo, é importante saber aquilo que é pretendido para este concelho e desde o início deste mandato que o PS defende esta matéria, porque é preciso fazer um planeamento para o futuro. Para além do plano educativo, falta, também o plano municipal para a igualdade de género, que continua atrasado, não se percebe, vai-se fazendo algumas atividades pontuais, mas não enquadradas num plano devidamente orientado, portanto, há necessidades de investimento, de priorizar outras áreas de investimento. Necessidade de fazer o investimento em obra estrutural que há muito o concelho necessita, numa altura em que na discussão do orçamento é hoje recorrer ao mercado financeiro para conseguir algum dinheiro para fazer esse investimento estratégico, porque isso não é gastar, não considera isso como uma dívida, mas sim como uma boa gestão financeira, porque o dinheiro hoje está mais barato e não se sabe por quanto tempo vai ser possível recorrer a estes investimentos, portanto, realça novamente, o papel dos fundos comunitários da Europa, que conjugados com a capacidade de financiamento da autarquia, possibilita boas oportunidades de investimento no território e fazer mais obra, melhor obra e, com isto, melhorar a qualidade de vida da população do concelho de Palmela. Portanto, à semelhança do que fizeram na votação do Orçamento, o PS vai abster-se na votação da proposta da prestação de contas de 2018.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que este relatório de prestação de contas está muito bem feito, e que isso significa que há um bom trabalho de uma grande equipa de trabalhadores e técnicos da Câmara Municipal.

Sobre algumas questões que foram aqui abordadas, nomeadamente o que foi aqui dito sobre a ausência na área da ação social e na área educativa, refere que em relação à questão levantada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro sobre o aumento da reparação das viaturas municipais, de facto, em 2018, têm um total elevado de reparações, mas que corresponde à média que já data de 2015, ou seja, 1579 reparações. A autarquia tem um parque com 148 viaturas que, diariamente fazem 836 quilómetros no território de Palmela, porque como é sabido, não há outros meios de transporte, particularmente o escolar e é necessário acautelar com os próprios meios do município e daí, estar plasmado no relatório, um reforço da frota e também enfatiza as duas viaturas pesadas de passageiros, uma de 55 lugares e outra de 37 lugares. Portanto, é uma realidade que o parque de viaturas municipal tem um elevado

desgaste, com viaturas que têm de ser abatidas e algumas que até parecem peças de peças de museu, que encerram em si grandes histórias. Enfim, naturalmente, que a autarquia tem um plano de renovação da frota e que irá, nos próximos anos, de forma continuada, procurando melhorar esta frota, mas é evidente que até lá é necessário fazer reparações, quer internamente com recursos próprios, quer procurando reparações no exterior quando não há outra solução.

Quanto às despesas com tecnologia de informação, esclarece que a queda não é assim tão acentuada, aliás, quando se passa de 640.000€ de dotação inicial, para uma efetiva no valor de 620.000€, considera que está conforme o previsto em termos de execução. De facto, há um aumento que deve ser valorizado em relação aos anos anteriores, naquilo que é a intervenção em sede de tecnologias de informação, a autarquia está a modernizar o parque informático, com especial relevância para a otimização das aplicações informáticas e desmaterialização de procedimentos. Refere que tiveram cuidado quando houve um ataque informático, em que a autarquia reagiu de forma positiva, criando melhores condições para poderem atuar, portanto, considera que estão no bom caminho e que estão muito mais além do que é referido, relativamente ao que está contratualizado com a Península Digital.

Em relação aos recursos humanos e quanto à taxa de absentismo de 12,2%, esclarece que a autarquia, pela 1ª vez, é proporcionado ao trabalhador comemorar o seu dia de aniversário de acordo com o ACEP, com direito à sua remuneração, mas que relativamente às contas, é contabilizado como um fator de absentismo. Por outro lado, também há envelhecimento dos trabalhadores, alguns com doenças bastante graves do foro oncológico, que cada vez tem um peso mais pesado nesta organização; portanto, com doenças prolongadas que, infelizmente, depois dá estes índices que têm vindo a ser acentuados desde o ano 2017. Em relação à questão da atividade sindical, nota-se uma redução maior, porque deixaram de ter um trabalhador que acumulando por crédito de outros trabalhadores de outros municípios tinha estado a 100% num sindicato e que, deixou de estar, portanto, verifica-se esta redução.

Relativamente às ações de formação, destaca o número de horas formação que, apesar de ser relativamente mais baixo, atinge muito mais pessoas, 1025 pessoas estão a ser formadas. Refere ainda que, atualmente, o município não tem nenhum apoio financeiro para promoverem formação, contudo, a autarquia empenhou-se e criou uma bolsa de formadores para promover estas ações de formação, com a colaboração Associação de Municípios da região de Setúbal. Sobre a questão da área social, esclarece o Sr. Vereador António Brás que levantou a questão como se fosse um deserto ou melhor, como se nesse deserto a única coisa que despontasse fosse o consórcio da CLDS da 3ª geração, e que tudo o resto não existia. Portanto, o consórcio da CLDS da 3ª geração passou pelo CLASP, tem a participação da Câmara Municipal de Palmela com apoio logístico, transporte e não só, mas, sobretudo em transporte, à Câmara Municipal que não está a ser contabilizado nas verbas da ação social. Aliás, muitas das verbas adstritas à ação social não estão a ser contabilizadas, mas existem no dia-a-dia com apoio às IPSS do

concelho. Nomeadamente, o CLDS da 3ªG Palmela que é apoiado pela autarquia e que é um sucesso, mas salienta que não é o único. Refere que na página 254 pode observar que o apoio financeiro na ação social teve um aumento bastante grande, na cooperação institucional e nos programas e projetos sociais que se cifra em 161.910€, portanto, já não é aquele valor residual que, sucessivamente, apesar dos esforços em acrescentar que muito é feito no âmbito dos vários serviços autárquicos e com custos internalizados, que neste ano em concreto, 2018, está cifrado em 161.910€. Esclarece ainda que o papel do município não se cinge ao Conselho Local de Ação Social, às Comissões Locais de Freguesia ou à plataforma supraconcelhia; é muito mais do que isso, o município tem acompanhado as IPSS em cada candidatura que seja possível, apesar de serem parcas, os contactos efetuados com inúmeras Entidades da Administração Central, para reclamar a reconsideração dos apoios financeiros atribuídos às IPSS, cujos acordos nunca mais são atualizados. Por exemplo, com o Centro Social de Palmela, informa que está marcada uma reunião com a Sra. Diretora da Segurança Social, para se tentar arranjar uma solução para a questão do pré-escolar, portanto, é um trabalho diário e contínuo e, decorre conforme as necessidades das IPSS do concelho e que não é contabilizado. Ainda assim, neste valor que está indicado no relatório de 2018, está o apoio à ARPIBA e o apoio à candidatura do Centro Social de Palmela e, será sempre dado apoio a qualquer instituição de solidariedade social que necessite objetivamente, do município.

Em relação às atividades diretas do município no âmbito de programas mais vastos, como "Histórias, Memórias e Percursos entre Gerações", informa que foi um trabalho contínuo durante todo o ano; no "Clique Sem Idade" tiveram, só no ano 2018, 14 ações em cursos de competências pessoais, sociais, ações de animação social e de animação recreativa com os idosos; o "Cartão Idade Maior" que só em dezembro, abrangeu 266 seniores e atualmente já ultrapassaram os 300; o "Outubro Maior" no mês da pessoa idosa teve um leque diversificado de atividades, e se perguntarem às IPSS que participaram diretamente nas atividades, iriam responder que só o "Mercado da Cidadania" englobou milhares de pessoas. Na área do desporto e bem-estar, o programa "50+" que envolveu 387 participantes em ginásio, em piscina e em dança; no programa "Viver Melhor, Viver com Autonomia", 233 utentes das IPSS apoiados, portanto, muitos destes apoios não são contabilizados diretamente no relatório, no fundo, é contabilizado um valor técnico residual. Para além do que descreveu, informa que o município está a trabalhar no âmbito do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, no qual foi aprovado com um valor global de 390 mil euros, a candidatura "PRIA - Percursos em Rede para a Inclusão Ativa" - apresentada pela Câmara Municipal de Palmela ao Programa Operacional da Região de Lisboa (Lisboa2020) e que, provavelmente, acabará por ser muito mais visível a circulação de uma viatura que irá prestar cuidados de saúde no território a nascente do concelho de Palmela e, recorda que esta candidatura resulta de uma estratégia intermunicipal, através da qual os três municípios do Território Arrábida (Palmela, Sesimbra e Setúbal) desenharam, em conjunto, um projeto para a integração social e

apoio às pessoas com mais idade, através de uma intervenção diferenciada, mas de forma articulada e potenciadora dos recursos disponíveis no território comum, tendo como parceiros a Administração Central que é quem tem os médicos e os enfermeiros; o município também está a trabalhar numa questão relacionada com vacinação, que não se vê, parece uma ação invisível, mas não é, acontece de forma discreta, mas todos os meses têm ações ligadas à saúde no concelho, se calhar, deveriam fazer mais publicidade.

No âmbito da prevenção e combate à violência, refere que verificou-se um aumento qualitativo, não é igual ao projeto que a autarquia tinha com a CEIS; há um salto qualitativo em articulação com os 3 municípios e com a Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade de Género, no sentido de ter em Palmela, também como em Sesimbra e Setúbal, uma Unidade de Acompanhamento às Vítimas de Violência Doméstica, portanto, é um protocolo que está prestes a ser assinado e que inclui mais Entidades, como as Associações de Bombeiros, Escolas, Segurança Social, IPSS, ou seja um conjunto de parceiros que querem ver envolvidos nesta rede. Daí, os valores que constam, naquilo que não é a competência direta do município, são valores mais residuais.

Na área da educação, sobre a qual levantou a questão dos projetos educativos, refere que é uma área que é bastante apoiada pela autarquia, porque representa um eixo estratégico e que suporta gastos no valor de 4,2 milhões de euros, representa 28,57% das funções sociais; em 2017 era de 3,3 milhões e teve um aumento em 2018 para 4,2 milhões, apesar dos constrangimentos, tal como o Sr. Vereador referiu exemplificando a EB Matos Fortuna, mas há mais constrangimentos, nomeadamente com a EB de Cabanas, contudo, o que interessa é que depois, a situação irá melhorar.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** espera que acabe para o ano e não para daqui a uma década.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que isso não vai acontecer e adianta que neste momento, já estão a fazer mudanças na EB Matos Fortuna. Não contesta que haja um ou outro constrangimento, mas estas questões são discutidas com a comunidade educativa e arranjam-se soluções, até porque sabe muito bem o que aconteceu com a EB de Cabanas, com a falta de cumprimento do anterior empreiteiro e por aquilo que a autarquia passou, para ter de fazer novo concurso, mas o que interessa é, que a situação atualmente está a decorrer com normalidade.

Portanto, ainda na área social, congratula-se em saber que na ação social escolar 38,23% das crianças têm apoio social, 1207 crianças, desde do pré-escolar ao 1º ciclo, registou-se um custo no valor de 800 mil euros, entre auxílios diretos e alimentação escolar. O alargamento dos cadernos de atividades a todos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, o ajustamento para os alunos carenciados poderem ter visitas de estudo e material escolar, apesar dos livros serem gratuitos, o material escolar vai mais além dos livros. As refeições gratuitas para as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo cujas famílias estão posicionadas no 1º e no 2º escalão e recorda que

o Governo só dá ao 1º escalão e 50% para o 2º escalão, portanto, só esta medida abrange 1218 crianças do concelho de Palmela. Também para aquelas crianças que, na generalidade, não precisam deste apoio, informa que são fornecidas diariamente pela autarquia 2900 refeições, 90,34% das crianças comem nos refeitórios do pré-escolar e do 1º ciclo, que tem um custo de 750 mil euros; no regime da fruta escolar, foi alargado o apoio, ou seja aquele que era dado e salienta "dado", porque ainda não foi pago, em relação ao ano 2018, pelo Ministério da Agricultura que se tinha comprometido pagar, apesar do pré-escolar ser uma opção da autarquia.

No transporte escolar, a autarquia gastou mais de 800 mil euros, mas se acrescentassem as tais despesas de manutenção com as viaturas municipais, a despesa iria aumentar para mais de 1 milhão de euros. Em relação ao Bairro Alentejano consolidou-se e, agora, é cada vez mais difícil, primeiro era a questão dos alunos do 5.º ano, depois passou para o 5.º e 6.º ano e já vão no apoio aos alunos do 7.º e 8.º ano, entre crianças que transitam de ano e outras que não, enfim, a rede de apoio tem aumentado e se não houver transporte público que resolva parte deste problema, a situação vai-se tornar complicada. Refere que na componente socioeducativa, a autarquia continua a criar uma situação de discriminação positiva para os mais carenciados, 2,75€ no 1º escalão e uma ainda assim, o teto máximo que corresponde ao custo do serviço no valor de 55€, a autarquia continua a proporcionar transporte para as crianças do Poceirão e Marateca no pré-escolar.

Em relação aos projetos municipais na área da educação, destaca o projeto "Fantasiarte" que teve 6391 participantes, 2482 crianças atuaram em palco, 840 crianças que no ano passado; existem mais 10 programas que no ano 2017, tendo sido atingido em 2018, 79 programas; no projeto "Aprender a Nadar" em articulação com Palmela Desporto, levou 965 crianças do 3º e 4º ano a nadar nas 2 piscinas e querem alargar ao 2º ano. No desporto escolar, destaca os "Jogos Desportivos Escolares" que tiveram a participação de 1166 alunos das escolas do 2º, 3º ciclo e ensino secundário. Sobre a questão no atletismo, questão levantada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que foi por causa do mau tempo e que, infelizmente, não se pode repetir. Em relação a outros apoios que a autarquia deu a outras atividades, basta consultar o caderno de recursos educativos, em que é fornecido às escolas, um leque bastante vasto de recursos, desde o ambiente, animação do livro e da leitura, da cidadania à participação, da saúde, o desporto, o património e até segurança, a Proteção Civil tem tido aqui um papel bastante importante na prossecução dos objetivos educativos do município.

Por fim, em relação ao projeto "Eu Conquisto o meu Sucesso", é um plano que tem um conjunto vasto de ações que estão plasmadas no relatório de gestão, com 30 atividades que foram feitas nas escolas e é apenas o ano de lançamento, em que se iniciou o trabalho de formação, que se iniciaram as visitas aos museus, que houve capacitações no âmbito do desporto, reuniões no âmbito da parentalidade, porque na escola tem de haver esse trabalho com os docentes que têm um papel fundamental, para que haja sucesso neste plano inovador.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que como o Sr. Vereador Adilo Costa falou que teriam de fazer mais publicidade, recorda que fez mais de 200 notas informativas do que no ano transato e que teve mais 400 contactos com órgãos de comunicação social locais do que no ano passado, mais de 8 mil contactos com a comunicação social regional e com os nacionais, passou de 35 mil para 52 mil, portanto, se quer publicidade, tem aqui publicidade com fatura. Contudo, estranha que, mesmo assim ainda se venha queixar que não consegue publicitar as atividades e ações da autarquia. Refere que o problema, não é falta de publicidade, mas sim falta de obra.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que de uma forma muito genérica, a prestação de contas da Câmara Municipal que estão a apreciar, mostra uma realidade clara, a estabilidade financeira do município e uma forte dinâmica que foi implementada na dinamização da cultura e do desporto, na preservação e defesa do ambiente, na proteção social das famílias, no apoio à juventude, no incremento do turismo, na valorização dos produtos locais de qualidade, na atração de investidores e de investimento e, por consequência, na criação de emprego. Este documento que estão a apreciar, permite do ponto de vista da CDU, a todos munícipes e a todas as instituições do concelho, concluir de uma forma evidente, se os objetivos a que o executivo se propôs foram cumpridos e aquilo que podem concluir, pode resumir-se em 2 frases, a saúde financeira é boa e o município de Palmela está a cumprir os compromissos assumidos. Portanto, está a cumprir, porque tem uma estratégia de desenvolvimento do concelho com visão de futuro, que aposta no investimento e na modernização do território, que impulsiona a competitividade do concelho, que tem na sua essência o apoio às famílias, o apoio ao tecido económico local e uma aposta muito determinada na crescente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Este documento espelha isso mesmo e refere que o concelho de Palmela está na rota do desenvolvimento, do progresso, da modernidade e da melhoria das condições de vida da sua população.

Relativamente a questões concretas que foram aqui colocadas, esclarece a Sra. Vereadora Palmira Hortense que esperava que mais fosse feito com todo o respeito pela intervenção, vaga e simplória, porque referir que esperava apenas, que mais fosse feito, sem dizer em que áreas de intervenção, sem dizer mais nada e desvalorizar o esforço, o empenho, a dedicação dos trabalhadores do município, a capacidade do município em desenvolver um conjunto muito intenso de atividade, fazer obra que está espelhada neste documento que acabou de referir. Portanto, considera que este documento de prestação de contas é elucidativo sobre esta matéria. De facto, é sempre possível fazer mais e melhor, em tudo na vida, até fazer melhor oposição que é algo que os/as senhores/as fazem mal.

Depois, a uma outra a nota sobre algumas questões que foram afloradas pelo Sr. Vereador Raul Cristovão, quando referiu que todas as propostas que o PS fez, foram propostas coerentes e

responsáveis, porém refere, com toda a frontalidade, que as propostas que visam a diminuição das receitas da autarquia, não são propostas coerentes e responsáveis, são antes, propostas perigosas porque podem colocar em causa a saúde financeira do município e a sustentabilidade das contas públicas. Depois, aproveita para questionar em que área o Sr. Vereador Raul Cristovão proporia cortar, se nos transportes escolares, no apoio ao associativismo.

Quanto às afirmações que o Sr. Vereador Raul Cristovão fez sobre a melhoria da economia, de um clima económico favorável, uma conjuntura nacional favorável, mas não referiu algo muito importante, ou seja, a postura proactiva que o município tem tido para captar investimentos e investidores para o concelho. Refere que Palmela, atualmente é um dos concelhos mais exportadores do país e tem feito um trabalho pró-ativo, empenhado, no sentido de atrair investidores, investimento e potenciar a criação de emprego, tem tido, sobretudo, a preocupação de contribuir para a diversificação do tecido económico, porque hoje, de facto, o território Palmela é um território atrativo e continua a atrair empresas e dá como exemplo, um investimento privado de 18 milhões de euros na criação de uma central fotovoltaica, com a criação de uma centena de postos de trabalho, e como este investimento, há, hoje, mais empresas a instalar-se no concelho de Palmela, porque o município tem tido uma intervenção muito importante no apoio à internacionalização destas empresas e no estímulo à cooperação, entre o tecido económico e a promoção da competitividade, com a adoção de medidas muito concretas para atrair mais investidores para Palmela. Disso são exemplo, desde a adesão à Rede europeia que é um consórcio entre Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria, com um protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Palmela, que visa incentivar a cooperação, a parceria para a internacionalização das empresas sediadas no concelho de Palmela, mas também a colaboração com o IAPMEI com vista a capacitar estas empresas para trabalharem cada vez mais, entre si e, potenciar os seus negócios. Destaca também, projeto europeu CO-CREATE, que visa apoiar a competitividade de clusters tradicionais da região e, portanto, há um conjunto de projetos que têm sido trabalhados no sentido de potenciar a dinamização da economia local.

Relativamente a outras questões que foram colocadas, esclarece que a BTL tem cerca de 130 mil visitantes, e Palmela está inserida a convite da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa com mais 17 municípios. Considera ser uma presença muito significativa e muito importante, aliás, todos os anos, têm tido mais agentes económicos nesse certame e não é apenas o município que lá está, estão também presentes técnicos, agentes turísticos de hotelaria, de empresas de animação turística, empresas de restauração, representantes de Festas e de iniciativas muito importantes do concelho, nomeadamente do Mercado Caramelo, Festas das vindimas, Feira Comercial e Agrícola do Poceirão e, naturalmente que é um calendário de iniciativas, estabelecido em parceria com quem gere aquele espaço, a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e, portanto, é uma programação feita de forma articulada entre esta Entidade e os 18 municípios que estão presentes. Refere ainda que o

trabalho do município na BTL não se resume à presença no stand. No decurso da iniciativa, há horários para profissionais e nesses momentos, os técnicos municipais estabelecem contactos com potenciais investidores no concelho, com várias empresas do sector turístico de diversos pontos do país, no sentido de os levar a criar oferta turística no concelho. Este é um trabalho que aparenta ser invisível, mas que é da maior importância e tanto assim que os resultados falam por si. Não vai aqui referir resultados, até porque o Sr. Presidente, na introdução, já o fez, mas destaca que o ano de 2018, foi o melhor ano turístico para o concelho de Palmela e isso tem vindo a crescer todos os anos, o que leva a uma outra questão que o Sr. Vereador Raul Cristovão colocou, que é necessário inovar. Refere que o município de Palmela está sempre a inovar, todos os dias, mas é sempre possível inovar mais. Contudo, quando se aposta no cluster vitivinícola, através do projeto Rural Vinum e com tudo o que incorpora, o município está a inovar; quando se aposta na construção de produto turístico, nomeadamente o turismo religioso, estão a apostar nos "Caminhos de Santiago"; está a inovar, quando se passa de uma aposta de turismo assente na gastronomia e vinhos, para o turismo cultural e o turismo de natureza, nomeadamente o golfe, entre outros; quando se trabalha em parceria com todos aqueles que trabalham no sector do turismo, há inovação. Aliás, é a empresa que concebeu o Plano Estratégico com a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa que refere que o que estava perspectivado, em termos de crescimento turístico do concelho de Palmela, foi superado. Esta conceituada empresa referiu também, que pelo menos 2 projetos do município de Palmela foram, até à data, pioneiros a nível nacional, nomeadamente o "Palmela Conquista" e o "Palmela Tourist Card", contudo, acredita que ainda é possível continuar a qualificar a oferta turística, a diversificar aquilo que são os produtos turísticos, numa lógica de complementaridade desses mesmos produtos e continuar a notabilizar aquilo que é a oferta turística de Palmela e aquilo que é a procura, no sentido de adaptar a procura turística àquilo que os visitantes vêm procurar no território de Palmela e, são visitantes de Espanha, Suécia, Alemanha, Dinamarca e do Reino Unido. Portanto, relativamente a esta matéria, a autarquia está descansada naquilo que constitui a criatividade e inovação. Refere, por último, o Projeto "Almenara", projeto em que os operadores turísticos do concelho estão a trabalhar com os operadores turísticos da região de Lisboa, para construir uma oferta turística que permita atrair mais fluxo da região de Lisboa até ao concelho de Palmela e, portanto, este é também um trabalho que não tem resultados visíveis no imediato, mas que se traduz em resultados concretos e esses resultados, foram referidos também pelo Sr. Presidente e seriam muito maiores, se efetivamente, o Instituto Nacional de estatísticas tivesse a capacidade de contabilizar aquilo que são as dormidas no Alojamento Local. Refere quando apostam no turismo desportivo, quando captam promotores de atividades desportivas para realizar eventos de projeção internacional e exemplifica com a "Clássica Internacional da Arrábida", fruto de um protocolo com a Câmara Municipal de Setúbal e Sesimbra e, quando pensam nestes projetos, naturalmente que é numa lógica de promoção da atividade desportiva e numa lógica de potenciar a criação de hábitos de vida saudáveis, mas também em associar o desporto à

economia e atrair visitantes e turistas ao concelho de Palmela. Nesta prova estiveram cerca de 20 equipas de nacionalidades diferentes, e isso, naturalmente também contribui para a dinamização da economia local e para potenciar o crescimento do setor turístico.

Relativamente à Feira Medieval, informa que o município tem um orçamento a rondar os 85 mil euros e que tudo aquilo que é o remanescente, ou seja, o saldo positivo da Feira Medieval de cada ano, é investido na Feira do ano seguinte, portanto, neste momento, está em condições de adiantar que mais uma vez, a Feira Medieval teve um saldo positivo, que será reinvestido na edição deste ano.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não quer destruir algumas fantasias do Sr. Vereador Luís Miguel Calha e desejava que fosse esse paraíso que acabou afirmar, mas abordando um aspeto concreto, nomeadamente o golfe, questiona o que é que se passa com o campo de golfe Palmela Village?

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** esclarece que o campo de golfe de Palmela Village foi recentemente concessionado a uma empresa e essa empresa tem procurado dinamizar a atividade do golfe, naquele campo. A informação que dispõe é que desde que o campo foi construído, não houve, da parte de quem construiu, a perceção de que o campo não reunia as condições indispensáveis para a atrair golfistas de renome, ou seja, é um campo, de iniciação ao golfe. Não é como o campo de golfe do Montado, nem o de Troia, que atrai um conjunto de jogadores de golfe e que dinamiza a atividade.

O **Sr. Presidente** refere que quem licencia campos de golfe, é o Instituto do Desporto e, portanto, essas questões ultrapassam a autarquia. Refere que a autarquia licenciou o empreendimento, mas o campo de golfe tem pareceres e licenciamentos dessas Entidades, portanto, se foi mal feito, alguém tem de o alterar e não compete ao município fazer isso.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não afirmou que o município tem de fazer essas obras, apenas questionou o que se passava com aquele campo de golfe. Poderá ainda informar que são questões legais ou estruturais que estão relacionadas com outras Entidades, mas o município de estar a par sobre o que se está a passar com aquele equipamento.

O **Sr. Presidente** refere que não é um equipamento público, portanto não percebe a questão. Para a autarquia, é um equipamento que tem importância do ponto de vista da fixação do roteiro do turismo associado ao golfe, mas há outros no concelho, agora as questões têm de ser devidamente licenciadas e ultrapassam as competências da autarquia.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que não pode deixar de responder ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha que deve ter conhecimento, o MIM tentou ter intervenção e participar no Orçamento, dando sugestões que não foram aceites.

O **Sr. Presidente** refere que isso não é verdade.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que quando referiu que poderia ser feito muito mais, referia-se a este resultado líquido, por exemplo, Sr. Vereador Luís Miguel Calha, com este saldo positivo, poderia ter-se pensado um pouco nos municípios e reduzir os impostos, na parte de é respeitante à autarquia e acrescenta, poderiam melhorar os aceiros rurais, os caminhos municipais. Se querem o melhor para o concelho e apostar no turismo, nada como melhorar as vias de acesso. Não são nenhuma empresa, logo não visam lucros com resultados líquidos, portanto, com este valor, não há necessidade de amealhar, mas sim de fazerem melhorias para o concelho.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha diz revela muito do que é a atividade da autarquia, portanto, fez uma intervenção de autoelogio como, aliás, é seu apanágio, mas não precisa, propriamente de uma grande intervenção de publicidade, porque as intervenções que faz em cada reunião de câmara, são de publicidade sobre o trabalho dos outros e sobre as conquistas que os outros fazem sempre no início. Contudo, fez uma grande intervenção sobre a Autoeuropa, e chegou a pensar que promoção da Autoeuropa, porque é a maior exportadora nacional e que mais contribui para que Palmela seja um concelho onde há mais exportações, portanto, depois de ouvir isso, afinal o Sr. Vereador Luís Miguel Calha e o PCP, têm muito a ver com o que se passa na Autoeuropa, apesar de todos saberem aquilo que os sindicatos procuram fazer, muitas vezes, na Autoeuropa, mas ficou a pensar que o sucesso da Autoeuropa é, afinal, uma responsabilidade da autarquia.

Depois considera que a Central Fotovoltaica é um investimento importante e bem-vindo, mas devem questionar se foram eles que vieram à procura do concelho de Palmela ou se foi o município à procura desta empresa? Porque o território de Palmela tem uma grande vantagem, é grande, central e está perto de um grande aglomerado urbano, está perto da capital e tem acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e portuárias que servem muitas indústrias e muitas atividades, portanto, isso é um fator distintivo e muitas vezes, se calhar até podia ser mais, não fosse muitas vezes a autarquia atrapalhar com burocracias e com atrasos na resposta. Tal como na economia do vinho, Palmela tem sorte de ter um território espetacular e ter empresários de grande excelência, mas depois o Sr. Vereador Luís Miguel Calha faz sempre aqui, um discurso que parece que são os senhores que andam lá fora a promover o vinho, a plantar a vinha, a fazer a poda e são os empresários que andam, efetivamente, a fazer tudo isso. São os empresários que querem vender os seus produtos, o município só tem de aproveitar e bem, mas não podem tirar louros sobre o que os outros fazem. Depois, em seguida, cai a máscara, porque quando se fez uma pergunta sobre um problema num campo de golfe, mas respondeu descartando o problema, referindo que é um problema do promotor privado e do Governo. Enfim, quando é bom, é da autarquia, mas quando é mau, é culpa de alguém que nem se sabe quem são, enfim, considera que isto não é forma de fazer política.

Em relação à conta de gerência, aos factos e sobre aquilo que os números demonstram, há um aumento daquilo que era perspetivado de receita corrente, mais 6%, e a conclusão a que

chega, é que a havia espaço, sem pôr em causa o equilíbrio económico e financeiro da autarquia, porque não adianta virem com o papão do equilíbrio económico e financeiro da autarquia, porque depois há dinheiro e não se gasta. Mais valia fazer os cidadãos pouparem um pouco, por exemplo, recorda quando em 2017 aprovaram o Orçamento para 2018, nas taxas de IMI para o 2018, o quanto custou à CDU aprovar o IMI familiar. Era uma luta antiga da oposição, do PSD e do PS que, finalmente foi aprovado, mas havia proposto que tivessem ido mais longe na redução do IMI, ao 0,375, mas ficou no 0,385, se calhar, não precisavam deste acréscimo. Para 2019 já chegámos a aquilo que tinham proposto e, se calhar, até havia margem para fazerem uma pequena devolução do IRS, que reconhece que possa custar muito ouvir, especialmente a quem gere as finanças da autarquia. O problema é que a autarquia arrecada receita, faz o seu papel, mas depois quem tem a decisão de o gastar e aplicar como deve de ser, fá-lo devagarinho e vai acumulando exercícios e vai passando mais dinheiro para o ano seguinte e, de facto, é uma gestão, que faz lembrar um pouco, aquele discurso do PCP sobre os grandes empresários e dos grandes monopolistas, que só acumulam dinheiro e não o gastam em prol da sociedade e aqui é um pouco disso, acumula-se dinheiro que não é gasto em prol da comunidade que os elegeram. Este problema pode-se observar nas dificuldades que têm depois em concretizar e realizar aquelas promessas que fizeram no Orçamento de 2018, foram menos 84% de despesas de capital, logo menos investimento público, em relação ao que foi prometido.

O **Sr. Presidente** refere que isso é demagogia.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não é demagogia, porque chegam a meio do ano e dizem que aquele é que vai ser o ano em que vão gastar e investir, mas depois, não é assim que acontece, depois percebem que foram mais papistas que o Papa e vão alterando para diminuir o risco, tal como nas GOP, que gastaram menos 5,4 milhões do que aquilo que tinham previsto, e dá alguns exemplos, era prometido para 2018, as obras da Escola Básica Matos Fortuna e de Cabanas,

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que as obras estão a decorrer.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que sim, está a decorrer, mas não foi isso que foi dito. Se acham que é demagogia, quando apresentarem o orçamento deste ano e, quando disserem este ano que vão avançar, vai referir que é demagogia, porque o senhor nunca faz nada do que promete. Refere que só é demagogia quando a oposição fala.

O **Sr. Presidente** pede para o Sr. Vereador Paulo Ribeiro prosseguir, porque os maus argumentos não devem ser interrompidos.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** acrescenta que também sobre a Ribeira da Salgueirinha diziam que as obras iniciariam em 2018 e não iniciaram, portanto, nem se sabe se houve alguma trapalhada nos concursos, mas refere que avisou sobre alguns deles e a verdade é que ainda estão a aguardar o visto do Tribunal de Contas segundo está dito no relatório e conta de

gerência. Depois, o Centro Comunitário de Águas de Moura cujo início da obra estava prometido para 2018, afinal, no relatório, só a candidatura foi entregue. Também sobre esta questão, no ano passado, a 12 de dezembro de 2017 aquando da aprovação do Orçamento, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha referiu o seguinte: “no que diz respeito ao Centro Comunitário de Águas de Moura, o que está previsto para 2018 é o lançamento da obra e a maior fatia do investimento será em 2019”; nessa altura questionou que havia pouco dinheiro para isso, portanto, nem a obra sequer iniciou. Depois, o Sr. Presidente ainda reforçou na altura que estava errado e acrescentou que “sobre o Centro Comunitário vai ser feito quando o projeto estiver terminado”, depois “no início de 2018, será lançada a empreitada, e que é normal que o pagamento se prolongue até 2019”, portanto, apenas no final de 2018, o que fizeram, foi entregar o projeto. Também sobre a rede viária municipal já aqui se falou, do que prometem e que depois não fazem, enfim, quando apresentam um Orçamento, “vendem um mundo muito cor-de-rosa”, e confessa que não tem ilusões, por isso, na altura, votou contra o Orçamento e agora, também votará contra, porque, de facto, continuam na mesma, existe dinheiro, mas falham na capacidade de realizar.

O **Sr. Presidente** refere que se não for para já, numa outra sessão também irá dar alguns dados concretos ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, sobre algumas inverdades ou manipulação de informação como acabou de fazer.

Esclarece que tem de repor a verdade dos factos nalgumas matérias para encerrar esta discussão, porque percebeu o posicionamento de cada um, até muito antes da apresentação da Prestação de Contas, aliás, na aprovação das Grandes Opções do Plano, houve quem nem sequer desse benefício da dúvida e, portanto, algumas das obras que aqui foram chamadas à colação para dizer que estão atrasadas, enfim, de facto, os senhores não estavam interessados em que a obra fosse feita daí terem votado contra e refere-se, concretamente à coligação Palmela Mais, porque, iniciando pela questão da receita, esclarece que estas receitas são perfeitamente normais, considerando, o enquadramento económico-financeiro que foi feito na altura da aprovação das GOP, as condições económicas do país e ainda, as projeções que foram obrigados a fazer, de acordo com a média dos 24 meses.

Quando é aqui referido que foi ultrapassado o IMI, esclarece que não foi ultrapassado, mas depois referem que o IMI é superior ao ano anterior e esclarece que é, e assim espera que continue a acontecer, porque mesmo com a redução da taxa, espera que o IMI continue a ser superior ao ano anterior, porque em primeiro lugar, há mais prédios a pagar IMI e isso não acontecia há algum tempo, depois tem havido uma maior capacidade da máquina fiscal de recuperar dívida de anos anteriores. Face ao decréscimo da taxa, isto só se manteve nestes valores, porque foram buscar centenas de milhares de euros cobrados de anos anteriores, de dívidas que têm muitos anos, desde o ano 2004, e que estão finalmente a ser acertadas. Refere que é falso, partir do pressuposto e é ignorar aquilo que está dito, escrito e declarado que o município está a amearhar, não está e se estivesse, seria para investir o que não tem problema

nenhum, porque ninguém consegue investir se não tiver capacidade, porque de outra forma, só se iria endividar. Portanto, aquilo que referiu há 2 anos, em sede de discussão do Orçamento para 2018 e o que disse no ano passado em sede de Orçamento para 2019, é que o saldo de 2017 e de 2018, estão na prática todos comprometidos com obras pesadas no território, como a intervenção de natureza estrutural no Castelo que, enfim, só este ano é que vai ter faturas mais pesadas, a Ribeira da Salgueirinha que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro aqui aludiu, esclarece que não há nenhuma trapalhada, e a prova disso é que foi aprovado, pela última vez, no dia 8 do novembro de 2018 e, o processo já foi e voltou do Tribunal de Contas, 3 ou 4 vezes, com perguntas completamente absurdas, porque algumas são repetidas, e são perguntas que põem em causa decisões do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e da Agência Portuguesa do Ambiente, porque é evidente que, enquanto o Sr. Secretário de Estado do Ambiente não conseguir publicar a Portaria de Extensão de Encargos, o Tribunal de Contas, mesmo com uma declaração assinada pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente a dizer que está tudo bem, continua a não dar o visto para a obra. São questões desta natureza que fazem com que tenham desvios enormes, e dá como exemplo quando para a obra em Fernando Pó, o município esteve 7 meses à espera de um parecer das Infraestruturas de Portugal, no Jardim José Maria dos Santos, 6 meses à espera da aprovação do projeto nas Infraestruturas de Portugal. Qualquer obra que façam em Palmela, porque estão junto de uma estrada nacional, porque está perto de um centro ferroviário, existem todos estes condicionalismos.

Refere ainda que, assumem com toda a honestidade que há constrangimentos e problemas nos concursos, uma elevada complexidade do licenciamento e aprovação de diversas obras, nomeadamente as que são financiadas pelo Portugal 20/20 e pela Administração Central, uma alteração na conjuntura do setor das Obras Públicas de que resultou um crescimento abrupto dos preços e uma fraca ou nula, participação de concorrentes e muitos concursos, que alguns como é do vosso conhecimento, ficaram desertos por 2 vezes e que em consequência disso, houve necessidade de rever projetos, de rever cadernos de encargos, de dotar com mais umas dezenas de milhares de euros em obras e todas estas situações, faz com que não seja possível cumprir os calendários que todos desejam, mas não se trata de uma questão de decisão política, faz parte e quem trabalha nisto, conhece estes constrangimentos, os procedimentos são extremamente complexos e, portanto, tudo isto provocou alguma morosidade. Também, não é uma questão apenas do município de Palmela, quando o Sr. Vereador Paulo Ribeiro diz que é um "crime de lesa pátria" quando a taxa de execução desceu uma décima, ora bem, aconselha a consultar as taxas de execução do ano 2017, dos municípios da AML e consultem aqueles que aprovaram contas este ano, o município de Palmela está acima do Montijo, Odivelas e de Mafra, portanto, esta conjuntura é idêntica para todos, assim como também é idêntico a todos, uma maior arrecadação de receita. Será que estão todos a amealhar dinheiro? Portanto, pede para não fazerem demagogia com isto. Há, de facto, dificuldades na execução das obras e há uma outra questão que passa despercebida aos senhores, é que nunca se fez

tanta obra e é mentira quando dizem que não estão a ser cumpridos os compromissos da rede viária. Passaram 3 obras do "Eu Participo" em 2018, para serem feitas em 2019, todas elas com uma boa justificação, que é fazer melhor, não só pavimentar, mas fazer as infraestruturas e são obras que obedeceram a projetos complexos. Recorda as obras no Bairro do Pinheiro Grande, a Rua 1.º Maio em Cajados, o Aceiro do Marcolino, que está à espera decorram as obras de infraestruturas, como também está à espera que a EDP desvie 37 postes. Portanto, não fazem a obra mais depressa, nem mais obra, de facto, não é por falta de financiamento, porque felizmente existe e também souberam obtê-lo, algo que a oposição aqui não valoriza. Palmela, neste momento, é o 3º município de Lisboa, na Área Metropolitana de Lisboa, com maior número de candidaturas, está na 3ª posição, e isso exprime a capacidade de fazer e estas candidaturas dão muito trabalho. É do conhecimento que os resultados do Plano de Combate ao Insucesso Escolar, os resultados do PRIA e de outros programas desta natureza, só ao fim de 2 ou anos depois de serem implementados é que originam dados concretos. Ainda assim, já há excelentes resultados e dá como exemplo, estes 2 projetos que referiu, estão no site do POR Lisboa 2020, como sendo 2 projetos de referência, de qualidade e que têm 2 anos e meio para os implementar e espera que o sucesso deles, seja medido no final da sua implementação, pois são projetos transversais, que não vão aos números do orçamento dizer que acrescentam mais 2 décimas na ação social, bem pelo contrario, constam em diversas rubricas e, por isso é que falacioso comparar percentagens, números na ação social, na educação. De facto, os números aqui apresentados, não revelam o investimento que é feito, porque grande parte das medidas estão, como disse o Sr. Vereador Adilo Costa, nos custos das medidas que estão internalizadas e estão relacionadas com os serviços internos, com as respostas logísticas que são distribuídos na educação, que é uma outra área, onde a política social mais se faz sentir e mais tem de se fazer sentir. Quando se votou para implementar, no próximo ano letivo um apoio alimentar aos alunos do pré-escolar, isso é uma medida social e não vai constar na rubrica da ação social, mas sim na rubrica da Educação.

Sobre a questão da reparação das viaturas já foi explicado que qualquer uma das viaturas municipais faz mais quilómetros numa semana do que alguns concelhos vizinhos fazem num mês. A autarquia tem um plano de aquisição e, recentemente foi adquirida uma viatura de recolha de resíduos, 2 autocarros novos, têm 3 viaturas em concurso para os transportes escolares, mais 4 viaturas para, depois da revisão, para as brigadas, portanto, esse plano existe, mas é de forma sustentada. Não são feitas aqui promessas como alguns autarcas, que hoje estão a ter de ir ao FAM para pagar dívidas. Em Palmela têm uma situação sustentável e não deixaram de fazer investimento. Os únicos atrasos verificados nos investimentos são por razões que não tem de ver com falta de planeamento da autarquia, com falta de trabalho, com falta de oportunidade política ou com falta de condições financeiras, mas sim por circunstâncias atuais dos concursos públicos. Refere que no período da interrupção letiva, queriam fazer intervenções em espaços de jogo e recreio nalgumas escolas, intervenções simples de

desmontar, de vedar ou fazer um pavimento, mas não há empresas disponíveis neste momento para fazer este tipo de trabalhos, nem pequenas nem grandes empresas e já nem fala daquelas empresas em que é preciso fazer concursos públicos, portanto, até para trabalhos simples, não existem empresas com capacidade para dar respostas a tantas solicitações. O País está de novo a recuperar essa capacidade e vai demorar alguns anos, aliás espera que sejam leitores atentos do Jornal de Negócios, que julga ser insuspeito de ser considerado como um órgão do PCP, sistematicamente faz estas análises sobre a subida dos preços, sobre as dificuldades de mão-de-obra, aliás, recentemente, até referia que o aeroporto no Montijo ou num noutro sítio qualquer, não vai ter mão-de-obra para fazer o aeroporto se continuarem estas dificuldades nas empresas que são especialistas nestas área. Portanto, chama à colação estes dados para não se tentar imputar aos trabalhadores e aos serviços municipais estes problemas e reafirma que nunca houve tanta obra, aliás em 2018 foram lançadas cerca de 140 empreitadas e muitas estão a decorrer, umas pequenas e outras grandes. Se duas obras que estão projetadas, já se tivessem iniciado, se calhar, estariam agora a falar do maior investimento de sempre feito, num ano, no concelho. Espera que isso aconteça em 2019, porque há, de facto, 2 ou 3 obras que têm um volume financeiro muito grande. Depois, nessa altura, a oposição vai desvalorizar, argumentando que era para ter sido feito em 2017, pois todos aqui queriam que tivessem sido feitas em 2017, mas, de facto, não se conseguiu, mas se o tivessem feito, provavelmente seriam considerados eleitoralistas, enfim, não é possível ultrapassar constrangimentos que não dependem da nossa vontade. Depois, há aqui outras questões pequenas cujas explicações já foram dadas, como a questão das ações de formação que, felizmente também já foi desmistificada, porque não é pelo número de horas, e todas as semanas vê apelos aos trabalhadores e há ainda vagas para formação, mas refere aqui, com toda a emotividade e sinceridade e atribui isto à participação no "Eu Participo" dos trabalhadores, que disseram que este ano não participaram porque se tivessem ido, não tinham o Festival Queijo, Pão e Vinho preparado para poder iniciar, os trabalhadores do atendimento, com mais uma saída este mês para uma entidade externa e com pessoas de baixa médica, não têm tempo, sequer para fazer formação e, se fizerem formação, fecha o atendimento, aliás foi necessário fazer uma alteração do horário para permitir alguma rotatividade e, portanto, não podem obrigar as pessoas e também, ainda bem que algumas têm o sentido de missão e responsabilidade de gerir as oportunidades de participação. Este ano, fez-se reuniões a horas que nunca antes fizeram, para dar essa oportunidade a quem nunca pode e ainda vão fazer mais 2 reuniões neste mês de abril, precisamente para procurar tocar setores que estão sistematicamente impedidos de participar nos processos de participação porque não abandonam o seu local de trabalho, porque sabem que não têm ninguém que os substitua.

Relativamente alguns comentários proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, é bom que acredite que o município tem muito que ver com a Autoeuropa, também com a Hanon Systems que tem um projeto PIN por via do trabalho feito pelo município e a volta a dizer que a

Autoeuropa, quando se lançou para o novo modelo, antes esteve com o município a trabalhar com os investidores alemães para falar de questões de ordenamento do território, de processos de licenciamento, de agilização e estratégias conjuntas de melhoria das infraestruturas, o que tem sido feito com a Visteon para permitir a criação de outras sinergias, porque houve uma outra ampliação, porque para o município tratar destes grandes projetos estratégicos, para que não fujam do território, teve de atrasar outros trabalhos, e as pessoas que estão a trabalhar no PDM, tiveram de interromper o trabalho, para poder salvar estas oportunidades, que estão sistematicamente a fazer propostas de alterações, como por exemplo, o regime excecional de atividades económicas e alteração da REN e quantos meses isso demora aprovar na CCDR, portanto, quando o Sr. Vereador Luís Miguel Calha se referiu à proatividade do GAEPi, que faz um trabalho que não aparece nos títulos dos jornais, é um trabalho de sapa, reunindo com as empresas e, obviamente, o município não tem de facilitar o cumprimento da legislação, porque isso não se facilita, cumpre-se e, quem quer fazer bem, faz em conjunto com o município esse caminho. O investimento não acontece só porque Palmela é um concelho bem posicionado, mas sim porque têm feito um bom trabalho para que esses investimentos aconteçam no tempo certo, portanto, tem havido mais investimento, tal como na vitivinicultura, mas aconselha o Sr. Vereador Paulo Ribeiro a falar com os vitivinicultores e ouvir aquilo que eles dizem do trabalho do município, tem de ouvir aquilo que dizem do trabalho que fazem no Enoturismo, na Rota dos Vinhos da Península de Setúbal que lideram e se foram considerados a melhor Rota de Portugal na Associação das Rotas dos Vinhos, terá de perguntar aos grandes empresários dessa área se é verdade aquilo que dizem publicamente sobre o trabalho que o município faz na promoção dos territórios vinhateiros e na forma como tem levado estes valores a vários pontos do país. É por isso que o município vai a Silves, vai à feira de turismo da Guarda, estão a preparar uma ida à Festa das Vindimas em Paris, para levar os produtos locais e quando apresentam os produtos, apresentam também, o território, a paisagem e por consequência, terão mais gente a visitar o concelho.

No capítulo da rede viária, reafirma que quando chegarem ao final do mandato, tudo aquilo que está no programa de mandato será executado e duplicado, porque por via do "Eu Participo" têm tido condições financeiras para acomodar outras propostas e depois cá vão estar para fazer as contas.

Relativamente aos impostos, o caminho que tem sido feito, o resultado está à vista, que para além de sanear as contas da autarquia dos últimos 5 anos, tem hoje este equilíbrio financeiro e capacidade de investimento, que tem de ser continuado, conjuntamente com os consensos que têm sabido criar. Não vai aqui anunciar qual vai ser a proposta da CDU para 2020, mas a oposição, depois, pode sempre propor meio ponto abaixo, mas, se calhar, no final do mandato o Sr. Vereador Paulo Ribeiro vai fugir ao compromisso eleitoral, porque provavelmente até vai ser possível ir abaixo daquilo que prometeu e se chegarem, será com rigor, com estudo, com visão prospetiva daquilo que é importante assegurar para não voltar a outros tempos. Portanto,

considera que todas as posições políticas aqui tomadas, com mais décima, ou menos décima, irão perceber que o caminho que tem sido feito é o mais correto. Acrescenta que não há problemas adiados, qualquer problema está a ser encarado de frente e estão a resolver situações que há muito não eram resolvidas, mas também só podem mexer nelas agora, porque a situação financeira assim permitiu. Quanto ao aumento de receitas do OE 2018, adianta que é normal e deveria até ser muito mais, aliás o Estado Central não está a cumprir a Lei das Finanças Locais, nem a última que aprovou e que aguarda a descentralização, contudo, aumentou mas reduziu o seu peso nas receitas da autarquia, o que significa que a autarquia também tem sabido ter fontes de receitas próprias e, portanto, tem muito mais autossustentabilidade. O município continuando a ter tarifas de água de saneamento e resíduos das mais baratas da Área Metropolitana de Lisboa e das mais baratas do país, conseguiu hoje, por via de algumas medidas, poupar mais água e faturar mais água, embora ainda existam muitas dívidas. Relativamente aos 7 milhões que a autarquia tem para receber, refere que são questões que estão em tribunal com a EDP e a Setgás por causa de taxas que não pagaram; de loteamentos e obras falidos, estão cerca de 700 mil euros; de rendas e alugueres também cerca de 700 mil euros para receber, mas é uma questão de transição de ano, quer da parte da EDP quer da Simarsul, existem rendas que não foram pagas no ano de 2018 e transitam para este ano. Afinal, a autarquia não deve nada a ninguém, pagou as dívidas todas, tem zero dívidas a fornecedores, por isso se tivessem esse dinheiro todo, mais fariam e, se calhar, poderiam ter outra visão dos impostos municipais.

Em relação ao planeamento, a prova está também nos valores do Anuário Estatístico que tem indicadores que revelam progressos e no âmbito da carta educativa a monitorização será feita em tempo próprio, mas recorda que a legislação alterou-se e que também estas matérias não dependem só da autarquia. Refere que no final de maio no fórum "Projeto Educativo Local, será uma boa oportunidade para divulgar números, para perceberem como é que a rede vai evoluir no futuro, aliás, neste momento, por razões demográficas de algumas zonas do concelho, começam a ter uma rede de equipamentos uma oferta um pouco superior à procura. Na área do pré-escolar, ao contrário do que alguns dizem, o município se quisesse fazer 100 % de oferta pública, fechava algumas IPSS, mas considera que é responsabilidade do município manter esta rede, com este equilíbrio e, esses parceiros têm participado nestas discussões no âmbito do Conselho Municipal de Educação.

A questão da execução do Ordenamento do Território, para cada um dos casos que aqui exemplificaram, basta ler com mais atenção, pois, o documento é bastante claro, aliás, nesta questão, há um desvio de execução, porque a empresa que faz a avaliação ambiental estratégica, só o faz se tiver a verba e uma vez que está adjudicado, tem de ter a despesa prevista e, só o faz quando tiver o parecer da CCDR. Estima-se que em junho, os trabalhos findados, mas alerta que este tipo de trabalho nunca está terminado, e quando estiver em

discussão pública vai levar grandes voltas, depois quando estiver aprovado no dia seguinte já o PDM não irá agradar a determinadas pessoas.

Sobre os fundos comunitários e ao contrário do que se possa pensar, primeiro o município tem sabido aproveitar, pelo número de candidaturas que tem apresentado e refere, também que a Europa não está a dar nada e não podem esquecer que o Estado português também paga para a União Europeia, e é pena que algumas prioridades de investimento continuem a ser mal negociadas, como foram no tempo do Governo anterior e com este Governo, apesar de quando estava na oposição ter dito, em várias sedes e fóruns que existiam prioridades de investimento que tinham de ser alteradas, ainda não se viu nenhuma alteração, a não ser nas questões da área do Ambiente, que se inovou um pouco. Porque, em outras matérias, continuam a ler de forma errada, as necessidades de países como Portugal e Espanha, sobretudo com os países mais a Sul da Europa. Depois, ainda há necessidade de apoios a investimento para as zonas rurais, para as zonas desfavorecidas, porque nunca irão ter os mesmos indicadores do centro da Europa e, portanto, Lisboa não é o país e o país não é Lisboa. Ainda há muito trabalho a fazer nesta matéria.

Refere que estão explicados os desvios nos bens de capital, ainda assim, recorda que tiveram um acréscimo no valor dos investimentos. A execução revela, de facto, uma execução rigorosa, coerente com as reais possibilidades, porque do ponto de vista dos constrangimentos que surgiram no lançamento de algumas obras e empreitadas, não está relacionada com qualquer deliberação política, são questões processuais que ultrapassam e tem a satisfação de ter tido resultados operacionais positivos e uma execução acima da média, em relação a outros municípios com características idênticas. A receita entretanto acumulada em saldo e quando aqui discutirem a revisão ao Orçamento, irão ter a oportunidade de ver como esta verba, de facto, foi bem adiada, porque vai ser necessária, para lançar o conjunto de procedimentos que são habitualmente lançados após a revisão ao orçamento em maio. Refere ainda que, estão num mandato, num ciclo e que uma maratona não se ganha nos primeiros 10 quilómetros, portanto, irão ter oportunidade de fazer outro balanço e outras contas sobre os níveis de execução e para o ano, por esta altura, certamente, para se perceber como o conjunto de candidaturas e investimentos, finalmente irão ver a luz do dia, com execuções concretas no território de Palmela.

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2018, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, António Braz e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2018.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_09-19:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 27 de fevereiro último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 6.266,00 (seis mil duzentos e sessenta e seis euros).

Durante o exercício de 2018 manteve-se a tendência do ano anterior, registando-se um acréscimo de dinâmica nos equipamentos desportivos municipais geridos pela empresa municipal. De modo a garantir o bom funcionamento dos equipamentos, apesar do número de ações previstas ser igual ao número de ações realizadas, houve necessidade de reformulação das ações previstas. Verifica-se a execução de um volume de ações acima do previsto no item Promoção de Desenvolvimento Desportivo, ao invés da execução no item da Qualidade das Condições de Prática, onde se verificou uma execução abaixo do ao previsto.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Após a apresentação da proposta, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha acrescenta os seguintes dados para uma melhor elucidação dos presentes:

. Relativamente a esta proposta, sublinha que a E.M. Palmela Desporto teve, durante o ano transato e na continuidade dos anteriores, uma gestão pautada por uma dinâmica crescente, mas também pela exigência, rigor e pela contenção financeira. É cada vez mais visível, que a E.M. Palmela Desporto tem um papel muito importante na intervenção, na construção da

política desportiva municipal, em parceria com a autarquia, juntas de freguesia, comunidade educativa, agentes associativos locais, agentes desportivos e sociais, como também tem um conjunto de atletas que são de renome no panorama nacional e internacional.

Destaca alguns projetos e também alguns resultados. Em 1º lugar, o projeto da nataçãõ adaptada que conta com a parceria da APPACDM Setúbal e que confere aos cidadãos portadores de deficiência a oportunidade de praticar esta modalidade desportiva. Refere também, a realização durante o ano transato de 26 eventos, festas desportivas de diversas modalidades, que demonstra a dinâmica da empresa e o alargamento da sua oferta desportiva. Destaca as férias desportivas da Páscoa, a férias desportivas de Verão e férias desportivas de Natal que ocuparam os jovens de forma salutar e que promoveu a participação em múltiplas atividades desportivas. Das parcerias estabelecidas, destaca a parceria com a Associação de Dadores Benévolos de Sangue do Pinhal Novo; com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo para a formação em primeiros socorros e suporte básico de vida; com o Centro Social de Palmela, tendo a Palmela Desporto recebido vários jovens do Centro de Acolhimento a Porta Aberta; com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida que permitiu mensalmente, uma média de 25 mulheres grávidas o usufruto de aulas de preparação aquática pré-natal; com o Agrupamento de Escolas de Palmela que possibilitou a diversas crianças e jovens com necessidades educativas especiais, participar no desporto escolar e também a alunos do 2.º e 3.º ciclo da Escola Hermenegildo Capelo, a frequência de aulas de nataçãõ.

No resultado final do exercício, enfatiza que as despesas com pessoal foram inferiores ao estimado e que o custo das matérias-primas consumidas foi mais baixo do que estava previsto para 2018. Portanto, em síntese a E.M. Palmela Desporto, está de boa saúde e recomenda-se, com um número crescente de atividades, com uma participação cada vez maior na comunidade, com um maior número de utentes e isso, é elucidativo do bom trabalho que tem vindo a ser efetuado pelo Conselho de Gestão e pelos trabalhadores desta empresa municipal.

Entrada na reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Presidente.

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2018 numerada DCDJ 01_09-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que acompanha o Sr. Vereador Luís Miguel Calha nesse entusiasmo em relação às dinâmicas, contudo, lamenta que essa dinâmica não esteja plasmada nos números, que é isso que estão aqui a analisar, a prestação de contas da E.M. Palmela Desporto. Refere que não dúvida, que este conjunto de pessoas que trabalham na E.M. Palmela Desporto desenvolveria uma atividade de bom nível, como tem feito até agora, com todas as

sinergias e parcerias em relação às instituições e às necessidades do concelho, seja em que o modelo for. Para além desta dinâmica, que é contínua, não encontra grandes novidades em relação aos anos anteriores, nunca identificaram nenhum problema em termos de gestão ou de desempenho do pessoal. Contudo, identifica e estava mais demonstrado pela anterior administração do que por esta, nos relatórios a incapacidade de mudar o paradigma, de tornar a empresa mais sustentável e com resultados mais interessantes do ponto de vista do que é uma empresa municipal. Portanto, é aqui que se centra a questão e relativamente aos números, para uma empresa municipal, se teve mais 60 utentes, que é um valor residual e não é estrutural, teve um ligeiro acréscimo de utentes, o que é bom e expectável, mas não faz a diferença na receita e, portanto, na receita tiveram um aumento de 49 mil euros, mas nos gastos e perdas, sobretudo assentes nos contratos, honorários e no gás natural têm um acréscimo, ligeiramente superior, que não desequilibra a empresa, mas coloca os seus resultados líquidos nos 6 mil euros, com a inconsequência que este valor tem, em termos de resultados líquidos. Por outro lado, este resultado é mantido, porque o investimento em 2018 passou para 9.500 euros, ao contrário dos 69 mil do ano anterior, portanto, não investindo, manteve-se os resultados positivos e basicamente, a mesma questão é reiterada. Refere também que, não subiram o subsídio, que será em 2019, mantendo-se assim nos 600 mil euros e, portanto, isto foi tudo, como é hábito, no equilíbrio, Considera que isto retira outra capacidade de investimento, nomeadamente nas questões das candidaturas para a eficiência energética que a autarquia assumirá, porque não deixa de ser um edifício público que a autarquia detém a 100%, e também em termos de eficiência energética, as instalações da E.M. Palmela Desporto, é dos mais interessantes para intervir, uma vez que, será dos que terá mais retorno, contudo, nestas obras de eficiência energética que aqui consta, muitas delas, ao nível estrutural, deveriam ter sido feitas ao longo dos anos. Ainda bem que assim é e que é positivo olharem para os resultados finais. Sobre uma série de questões que estão incluídas no projeto que poderão ser resolvidas, porque se não estão diretamente, poderão estar indiretamente relacionadas. Portanto, este absorver destes equipamentos das candidaturas, obviamente, vai retirar resposta a um conjunto de outros edifícios municipais, que com índices menos interessantes de eficiência energética, não são tão prioritários.

As candidaturas e os investimentos na eficiência energética devem ser feitos onde os retornos são maiores e isso resolve completamente esta questão, mas seria muito mais interessante que metade da candidatura pudesse sair dos fundos próprios da empresa. Aí sim, era uma empresa que conseguia gerir acréscimos de revisão de carreiras de pessoal, investimentos que têm de fazer no âmbito de candidaturas e funcionar no seu modelo de gestão autónomo, com a aprovação desta casa, mas com dinâmicas próprias.

Refere que é com agrado que o PS vê, que na anterior alteração, foi aprovada uma verba destinada a estudar estas questões em relação à empresa e nota também, abertura da parte do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, para dar a conhecer e partilhar com a posição os aspetos da

vida do dia-a-dia da empresa. Portanto, não têm nenhuma razão para mudar, seja o que for, sobre o sentido de voto, que vai manter-se estável, ou seja, o PS vai abster-se.

Por último, refere que sobre a questão do mecenato, recomendaria que na aquisição dos mecenatas houvesse o cuidado de quem transmite este apoio, ter o negócio completamente legalizado e, não ainda em fase de legalização, porque não sabem a sua conclusão. Portanto, era prudente por uma questão de proteção, que não tivessem esse tipo de relação de mecenato ou contratual. É uma opinião pessoal, mas considera que seria de resguardar essa relação enquanto não tivessem a conclusão do processo, que apesar de tudo indicar um bom desfecho, poderá, haver a eventualidade de não ter. Portanto, isto transmite também a quem ainda não concluiu as suas obrigações, em relação aos negócios que operam, um ambiente que as pessoas, por vezes, podem confundir. Considera, que efetivado e concluídos os processos, então, aí será a altura de estabelecer essas relações e sinergias com os privados.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que há um ditado muito antigo que diz, mais ou menos assim, “com as calças do meu pai, também eu era um homem”, logo, com o dinheiro da autarquia, era desejável que a E.M. Palmela Desporto tivesse uma autonomia a 100%. O MIM, tal como referiu na semana passada, está expectante em relação ao estudo de viabilidade económica e já agora, mudaram de Revisor Oficial de Contas (ROC) e por que motivo mudaram de ROC, porque este parece ter emitido um parecer mais suave. Portanto, o MIM vai manter o voto de abstenção.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não vai repisar algumas das questões que têm sido colocadas ao longo dos anos sobre a questão da autonomia, mas sobre a questão da justificação, que no fundo, quase que se poderia dizer, como se dizia antigamente nos tribunais, oferecia o merecimento dos autos daquilo que se disse no passado relativamente à E.M. Palmela Desporto. Contudo, há uma questão que considera tão ridícula que, não pode deixar passar em claro, ou seja, o relatório de gestão começa com a análise das ações previstas e executadas e, termina dizendo 100% de execução. No entanto, esqueceram algo muito importante, aquilo que considera ser o objetivo mais importante, a qualidade das condições de prática da atividade e da atividade da Palmela Desporto, tinha previsto 16 ações de beneficiação e construção de melhoria das condições dos equipamentos, das quais executou 5, portanto, uma execução de 30%, sensivelmente, muito aquém daquilo que era desejável e daquilo que a empresa queria realizar. Depois, procuram camuflar isto com um aumento exponencial de protocolos de cooperação que, se calhar, ainda vão agravar mais os problemas que são necessários em termos de beneficiação e de construção. Seguidamente, procuram esconder que a execução, daquilo que é o objetivo mais importante, ficou muito aquém daquilo que era previsto, isto depois, reflete-se num fraco investimento que a empresa fez quando previa um investimento na ordem dos 83 mil euros, previsão que provavelmente já era baixa em relação ao que é necessário fazer em alguns equipamentos.

Refere que também já aqui se falou da piscina Palmela e verificou-se que destes 83 mil euros, que se previa em termos de investimento, só se investiu 8.338€, ou seja 10% daquilo que se propunham fazer no ano 2018, portanto, continua com este fraco desempenho, também nesta vertente e não vê razões para alterar o que tem sido o voto relativamente a esta prestação de contas e a este relatório de atividades, pelo que, irá votar contra, por todas estas razões aludidas ao longo dos tempos e ao longo dos mandatos, sobre esta questão da E.M. Palmela Desporto, agravada agora, com esta questão que é a prestação de contas das atividades realizadas, que confessa nunca ter visto algo assim tão ridículo.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que os argumentos que foram aqui trazidos pelos Srs. e Sras. Vereadores/as, são basicamente, idênticos àqueles que foram apresentados em anos anteriores e acha que há aqui, da parte de alguns, um preconceito ideológico relativamente às empresas municipais, se calhar, alguns vereadores estariam mais de acordo com um outro tipo de gestão e estiveram mais de acordo, à semelhança do que fizeram com a banca, que foi privatizar os lucros e nacionalizar os prejuízos, portanto, estão mais de acordo com esse tipo de intervenção, no fundo, com a criação de empresas e de parcerias público-privadas que são ruinosas para o erário público. Mas não é disso que estão a falar, estão aqui a falar de uma empresa municipal que tem bons resultados, um subsídio à exploração que é inferior ao benefício social e vão ter a oportunidade de demonstrar isso muito claramente, um custo inferior ao custo benefício social e do retorno que a empresa dá a comunidade e, de facto, a E.M. Palmela Desporto tem vindo a prestar bons serviços à população, tem vindo a diversificar e qualificar cada vez mais a sua oferta e acredita que tem tido um papel muito importante no desenvolvimento desportivo, na promoção da saúde e esse é um reconhecimento que a autarquia sente da parte dos utentes da E.M. Palmela Desporto e salienta a boa gestão da empresa e o bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

O **Sr. Presidente** refere que sobre esta matéria, dá em 1º lugar, os parabéns ao Conselho de Gestão da E.M. Palmela Desporto que, não está relacionado com a questão dos 6.000€ em resultados positivos. Considera que resultados positivos, e para isso convida os Srs./a e vereadores/a, a perceberem o que é uma empresa municipal, qual é o seu objeto e qual é a sua função. O aumento da atividade do número de participantes na atividade, na diversificação da oferta, porque há cada vez mais gente a beneficiar e usufruir dos equipamentos da Palmela Desporto e das atividades promovidas pela Palmela Desporto, em múltiplas parcerias no território e esse esse benefício social justifica perfeitamente o valor do subsídio anual que é dado à E.M. Palmela Desporto. A empresa municipal gere equipamentos com elevado risco, com constantes necessidades de atualizações tecnológicas, como é o caso das piscinas. Também seria positivo que alguns eleitos/as se informassem um pouco sobre o que se passa em outras realidades, relativamente a este tipo de equipamentos, os custos elevadíssimos que têm e, portanto, acredita o Conselho de Gestão tem sabido equilibrar as contas e também nesse plano, tem feito os investimentos urgentes necessários. Depois, desmistifica uma outra

questão, porque efetivamente, a empresa é municipal e os edifícios são municipais e tudo aquilo que existe com estas empresas e neste caso com esta empresa é um contrato de comodato. Portanto, um contrato de comodato diz o que é que tem de ser feito no edifício, mas para investimentos estruturantes é o dono do edifício que os faz. É quase como uma relação entre senhorio e inquilino, uma pequena reparação é feita pelo inquilino, mas a reparação estruturante tem de ser feita pelo senhorio, não sendo a metáfora que considera mais elegante utilizar para este caso, mas de qualquer forma, entenda-se que é isto que também outros municípios estão a fazer relativamente a este tipo de equipamentos e candidaturas. Também a propósito do que foi referido pela Sra. Vereadora Palmira Hortense, o objetivo da empresa municipal não é ter autonomia a 100%, porque a partir do momento em que tivesse essa autonomia, nesse raciocínio neoliberal, levaria a que a empresa tivesse de aumentar os custos para os utilizadores, ao ponto de ter de ser uma empresa, cujo objetivo, seria ter lucro e deixaria assim, de ter investimento social e benefício social.

Quanto às vantagens da empresa, vão ter de aguardar pelo estudo. Depois, também considera pouco elegante referir a questão do Revisor Oficial de Contas, porque são completamente independentes, aliás, o ROC foi um concurso, tal como da Câmara, acabou o prazo de vigência e se o parecer foi suave ou não, também gostaria que escrevessem apenas aquilo que entende, mas não é assim que acontece e considera que não se deve levantar este tipo de suspeição.

Em relação ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, já se sabe que é uma questão de princípio. Mas também a CDU é adepta de evitar algumas situações desta natureza, sobretudo para áreas de intervenção onde se têm revelado desastrosas e, portanto, também um dia podem discutir politicamente o número de empresas que foram fechadas obrigatoriamente, por não cumprirem, em que municípios e o porquê de terem fechado, bem como, quais eram as cores políticas que estavam à frente. Se calhar, qualquer dia, vão ter de falar nisto também, porque são políticos representantes de áreas político-partidárias que é para se perceber o que era o mundo das empresas municipais, para que áreas de intervenção foram criadas e onde é que efetivamente, se justificava existir esse tipo de intervenção.

Por último, refere que os documentos apresentados são claros, estão a aprovar contas transparentes, resultados transparentes, atividades que revelam uma maior dinâmica e o maior benefício social e mais uma vez, felicita a E.M. Palmela Desporto pelo trabalho desenvolvido.

Submetida a votação a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2018, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, António Braz e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quarenta e seis minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco